



Departamento de Sociologia

Modernidade, Classes Sociais e Cidadania Política:
Portugal numa perspectiva transnacional

Tiago Miguel Lopes Carvalho

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Sociologia

Orientador:

Doutor António Manuel Hipólito Firmino da Costa, Professor Auxiliar
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Junho de 2011



Departamento de Sociologia

Modernidade, Classes Sociais e Cidadania Política:
Portugal numa perspectiva transnacional

Tiago Miguel Lopes Carvalho

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Sociologia

Orientador:

Doutor António Manuel Hipólito Firmino da Costa, Professor Auxiliar
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Junho de 2011

AGRADECIMENTOS

Este trabalho representa um fim de um ciclo e o início de um novo. Por esse motivo, importa agradecer, a quem de uma forma ou de outra, contribuiu para a minha formação pessoal e intelectual durante este período.

Em primeiro lugar ao Prof. Doutor António Firmino da Costa, pela orientação estimulante que ajudou a desenvolver e construir de forma crítica este trabalho. Espero no futuro continuar a beneficiar da sua experiência, ensinamentos e conselhos.

Devo também um agradecimento às várias pessoas com quem nos últimos anos tenho trabalhado e cujos exemplos se revelaram fundamentais na condução deste trabalho. Ao Prof. Doutor José Luís Casanova, por me ter iniciado na investigação científica e ter orientado os meus primeiros trabalhos. Ao Prof. Doutor Nuno de Almeida Alves, à Prof. Doutora Ana Delicado e à Prof. Doutora Ana Nunes de Almeida por me terem acolhido no projecto “Crianças e Internet”.

No âmbito académico, aos meus colegas e amigos: Rui Costa Lopes, Rita Gouveia, Diana Reis, Manuel Magalhães, Patrícia Calca, Susana Cabaço, Pedro Candeias, Diana Carvalho, Bárbara da Silva e Mafalda Gomes. Um agradecimento e palavra de apreço em especial ao Vasco Ramos pelas discussões sobre classes sociais que ajudaram a moldar este texto. Espero que no futuro esta colaboração continue igualmente frutuosa.

Aos meus amigos mais próximos por partilharem os momentos extra-académicos, também importantes na conclusão deste trabalho: Ana, Bruno, Rafael, Eduardo, Fábio, Soraia e Luís. Ao Prof. Doutor Tawfiq Rikibi e Dr. Antonieta Rikibi pelo constante interesse na minha formação.

À Inês Baptista, em especial, por tudo o que comigo partilhou e ensinou. Durante estes anos não poderia ter sido melhor acompanhado – é, e será, um exemplo de compromisso, empenho moral e humano. Espero que assim continue a ser.

Na minha família, aos meus padrinhos, Manuel e Maria José; ao meu primo Rui. Ao meu irmão, Ricardo, entre outras coisas pela leitura atenta do texto e inúmeras sugestões e questões que conduziram a uma evidente melhoria do texto que aqui se apresenta. À minha mãe, insubstituível nos afectos, pela aposta constante na minha formação e transmissão de princípios essenciais à minha existência e trabalho.

Ao meu pai, cujas recordações e referência foram um dos maiores incentivos para terminar e prosseguir com esta tese – esta é uma das muitas formas que tenho de honrar a sua memória. Este trabalho é-lhe inteiramente dedicado.

RESUMO

Argumenta-se neste trabalho que a relação entre classes sociais e cidadania política é um elemento central na constituição e entendimento da Modernidade, uma vez que permite observar como se estabelecem formas diferenciadas de poder e de influência na relação entre cidadãos e instituições. A partir dos dados do *European Social Survey* de 2002 e colocando Portugal no centro de uma análise transnacional, procura-se perceber quais as especificidades deste país na relação acima indicada face à Europa. Esta análise efectua-se em duas fases: (1) identificação da estrutura de classes e padrões de cidadania política, com o mapeamento da relação entre estas variáveis; (2) combinação de duas dimensões teoricamente fundamentadas de cidadania política em que sobressaem 4 perfis de cidadãos, que estabelecem formas diferenciadas de relação com as instituições: apolíticos excluídos, votantes passivos, activos não politizados e activistas mobilizados. Da relação entre classes sociais e cidadania política emergem padrões diferenciados na Europa. Portugal destaca-se pela acentuada contraposição entre detentores de capital cultural (PTE) e as restantes classes.

Palavras-chave: Modernidade, Classes Sociais, Cidadania Política, Portugal

ABSTRACT

In this work, it is argued that the relationship between social classes and political citizenship is central in the understanding of modernity, establishing different forms of power and influence in the relationship between citizens and institutions. Using European Social Survey data from 2002 and placing Portugal in the center of a European cross-country analysis, we seek to understand the specificity of this country in the above relationship. The analysis is divided in two phases: (1) identification of class structure and patterns of political citizenship and the relationship between these two variables; (2) combination of two theoretically grounded dimensions of political citizenship resulting in four citizens profiles, each one corresponding to different forms of relating with institutions: excluded non-political, passive voters, not politicized activists and mobilized activists. Different patterns emerge from the relationship between social classes and political citizenship in Europe. In Portugal there is a sharp contrast between holders of cultural capital (PM) and the remaining social classes.

Keywords: Modernity, Social Classes, Political Citizenship, Portugal

ÍNDICE

1. Introdução.....	1
2. Modernidade, Classes Sociais e Cidadania Política.....	1
2.1. Classes sociais e Modernidade: desafios e perspectivas	2
2.3. Modernidade, Estado-Nação e Globalização.....	6
2.4. Modernidade, Classes sociais e Cidadania	7
2.5. Classes sociais e Cidadania Política na Europa: eixos de análise e hipóteses.....	9
3. Abordagem epistemológica e metodológica	12
4. Classes Sociais e Cidadania Política na Europa.....	17
4.1. Classes Sociais na Europa	17
4.2. Cidadania Política na Europa	20
4.3. Cidadania Política e Classes Sociais	23
4.4. Padrões de Cidadania Política e Classe Social: de apolítico a activista	26
5. Conclusão: Portugal no Espaço europeu - classes e cidadania num contexto de distância ao poder.....	34
Bibliografia.....	38
Anexos.....	41

ÍNDICE DE QUADROS E FIGURAS

Quadro 3.1. Vantagens e inconvenientes do uso de dados secundário.....	15
Quadro 3.2. Blocos de países em análise.....	16
Quadro 4.1.1. Classes Sociais na Europa: estrutura (%) e média de anos de escolaridade (Esc).....	18
Quadro 4.2.1. Participação e voto na Europa (%).....	21
Quadro 4.2.2. Participação na Europa (% respostas afirmativas).....	22
Quadro 4.3.1. Participação e voto na Europa por Classes Sociais (% em linha).....	24
Quadro 4.3.2. Índice de Práticas de Participação por Região e Classes Sociais.....	25
Quadro 4.4.1. Dimensões, operacionalização e distribuição das variáveis de cidadania.....	28
Quadro 4.4.2. Tipologia de Cidadania Política.....	31
Quadro 4.4.3. Classes Sociais e Cidadania Política na Europa (%).....	32
Figura 4.2.1. Índice de práticas de participação.....	23
Figura 4.4.1. Espaço da Cidadania Política.....	30

1. INTRODUÇÃO

Classes sociais e cidadania são temas centrais em sociologia, em particular desde o texto clássico de Marshall (1950, 1998). Dentro do espírito legado por esta tradição, pretende-se com este trabalho perscrutar a relação entre classes sociais e cidadania política em Portugal face à Europa. Argumentar-se-á adiante que a cidadania política, em particular quando conjugada com as desigualdades sociais, permite observar uma das formas como o poder se distribui nas sociedades modernas, em particular na relação entre cidadãos e instituições.

As classes sociais, na perspectiva aqui adoptada, continuam a ser uma ferramenta crucial para perscrutar os diferenciais de poder envolvidos nas relações sociais. A este argumento junta-se a lógica institucional relativa à construção dos estados enquanto garante de formas de integração no centro político: os padrões institucionais amenizam os efeitos das desigualdades garantindo igual possibilidade de participar nos processos políticos, ou seja, há que estudar de que forma isso acontece e, como tal, como se intersectam estes eixos.

Neste sentido, os objectivos deste trabalho são: (1) captar padrões de cidadania política, nas suas diversas vertentes, e de estruturação das classes sociais; (2) comparar países, numa lógica transnacional, com Portugal em destaque, e analisar como as desigualdades influenciam a participação, ligando contextos históricos, institucionais e de poder a estas diferenças. Este trabalho começa por estabelecer um quadro teórico geral e interpretativo em torno de três conceitos: Modernidade, Classes Sociais e Cidadania. Recorre-se ao método comparado de âmbito transnacional e utiliza-se a base de dados do programa European Social Survey do ano de 2002 para a análise, sendo esta escolha justificada adiante.

2. MODERNIDADE, CLASSES SOCIAIS E CIDADANIA POLÍTICA

Irá de seguida expor-se o quadro teórico deste trabalho, sendo que a lógica de construção do mesmo passa por ir ao longo da exposição refinando e acumulando factos teóricos que permitam terminar com a construção do objecto. O argumento aqui apresentado tem em conta a forma como as classes sociais eram importantes num contexto social anterior ao advento das teorias da modernidade reflexiva e pós-modernidade que conduziu ao declínio da sua importância nas análises sociológicas. Contudo, quando fundamentadas por uma outra perspectiva teórica, as classes sociais podem ajudar a explicar práticas e valores na medida em que captam a forma como se estruturam grupos com diferentes recursos e, portanto, em diferentes contextos sociais. Em particular, julga-se que estas são relevantes na forma como estruturam a cidadania política e como tal a distância ao poder e ao centro político.

2.1. CLASSES SOCIAIS E MODERNIDADE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

As classes sociais, pela veiculação ideológica que adquirem, têm ciclicamente, ao longo dos últimos 60 anos, sido questionados para voltar a emergir enquanto um conceito central na sociologia¹. Nos últimos 20 anos foram, sobretudo, as teorias da modernidade (reflexiva e pós-modernidade) que questionaram a sua validade heurística. Através de um movimento ascendente e descendente, respectivamente, para a globalização e o indivíduo, as suas propostas esvaziam de sentido e importância conceitos anteriormente fulcrais, como classes sociais e estado-nação.

Em termos gerais, estes autores reclamam a necessidade de novas ferramentas para analisar os processos emergentes de mudança (Beck, 2007). Enfatizam a instabilidade, a fragmentação, a individualização, a destandardização, a reflexividade e a fluidez social prevalente nas sociedades modernas ou pós-modernas, conseguida através do “aperfeiçoamento” dos mercados e da consequente destradicionalização². Argumentam que estas novas forças sociais conduzem os indivíduos a escolher reflexivamente, deixando a pertença de classe de ser um impedimento às decisões de vida, não formatando práticas e identidades: as desigualdades não já assentam nos constrangimentos de classe. Constata-se, também, que muitos destes autores focam as suas análises, quase exclusivamente, nas dimensões culturais da vida social, argumentando, por vezes, a total independência entre estas e as económicas (Inglehart, 1990 e 1997; Pakulski e Waters, 1996)

Sustentam os seus argumentos em três tipos de factores interrelacionados: (Atkinson, 2010a: 5-8; Crompton, 2008: 71-93; Goldthorpe, 2002):

- Económico: conjunto alargado de mudanças como a terciarização, pós-fordismo, flexibilidade e desregulação do mercado de trabalho; predomínio do mercado com consequente nivelamento do consumo e afluência, através da difusão de propriedade e de educação (Beck, 2007; Inglehart, 1990 e 1997).
- Cultural: dissolução da cultura de classes com perda de importância da produção face ao consumo na estruturação dos estilos de vida; disseminação do consumo de massas e diluição da distinção entre alta cultura e cultura popular; a variedade e ambiguidade dos estilos de

¹ Nisbet e Aron (anos 1950/60) foram os primeiros a referir factores como a terciarização, o crescimento económico, a transversalidade dos consumos, diluindo-se assim as clivagens simbólicas, e a difusão de propriedade e educação. Para uma síntese e crítica dos seus argumentos ver Hout et al (2001) e Chauvel (2006).

² Embora existam diferenças entre as teorias citadas, o objectivo é condensar argumento geral desenvolvido.

vida como expressão da individualidade e de grupos de status (Pakulski e Waters, 1996).

- Político: desaparecimento da “política de classes” por via do desalinhamento eleitoral da classe operária (Clark e Lipset, 2001; Knutsen, 2007), emergindo novas clivagens pós-materialistas (Inglehart, 1990 e 1997), que se espelham em designações como subpolítica (Beck, 1994) ou políticas da vida (Giddens, 1994). Face ao declínio do movimento operário surgem novos movimentos sociais (paz, ambiente, direitos humanos, minorias etc.) que são resultado de novas identidades globais e que expressam o desejo de melhor qualidade de vida. Inglehart (1997: 293-323) identifica uma alteração fulcral na participação política dos cidadãos, uma vez que animados pela cultura pós-materialista, deixariam de ser dirigidos por elites (sindicatos, partidos, instituições religiosas), para a sua acção passar a ser dirigida às elites (petições, boicotes, ocupação de edifícios etc.). Assim, o decréscimo em determinadas práticas seria compensado por um novo repertório e veículos de contestação, centrado no indivíduo e socialmente heterogénea.

Contudo, estes argumentos parecem revelar algumas debilidades de índole teórica e empírica que podem ser explorados e rebatidos, na construção de uma perspectiva relacional sobre este conceito.

Em primeiro lugar, para Atkinson (2007), as conclusões destes autores são baseadas numa concepção substancialista, idealizada e imutável das classes sociais. Face aos múltiplos factores de mudança que diluem as classes sociais, estes autores subsumem a inevitabilidade destes processos, fazendo desaparecer as classes na necessidade de novos conceitos, sem explicar devidamente a razão da mesma. A sua visão de classes parece estar meramente focada no operariado, em vez dos vários grupos relacionalmente constituídos e que são igualmente importantes no entendimento da distribuição de recursos em sociedade. A “morte” das classes é, em certo sentido, para estes autores, o fim do operariado (Chauvel, 2006), pois a sua visão de classes sociais atém-se a uma definição marxista estrita (ainda que pertençam a campos teóricos opostos), em que os novos processos emergentes, quando conjugados com um suposto desaparecimento do operariado consciente e organizado em torno de interesses comuns, teria como conclusão o fim das classes sociais.

Assim, na definição de classes sociais deve-se ter em conta o contexto (social e histórico; espacial e temporal) da constituição das classes e, como tal, o conjunto de relações e configurações sociais emergentes na distribuição de recursos e poder e não uma definição substantiva da mesma: as próprias classes são um elemento de investigação e não definidas *a priori*. Deste modo, numa concepção relacional, em que as desigualdades são uma das bases

de qualquer tipo de relação social, deve-se ter em conta que a estrutura distributiva continua a ter impacto nas oportunidades, poder e formação de identidades (Atkinson, 2007; Chauvel, 2006; Crompton, 2008).

Apesar de se reconhecerem mudanças, não significa que as classes sociais tenham desaparecido; pelo contrário, estas tornam-se um objecto de investigação premente face as alterações que se descreverão. Ao contrário do que defendem os teóricos da modernidade, os autores das classes sociais sustentam que os processos de individualização, destradicionalização e reflexividade devem ser enquadrados no conjunto de mudanças dos últimos 30 anos: advento dos mercados financeiros e das novas tecnologias de informação, queda do muro de Berlim e conseqüente desaire do socialismo soviético. A alteração do contexto influi sobre a estrutura e relações de classes, pelo que se deve compreender quais as principais alterações e conseqüências.

A este propósito, note-se que a estrutura de classes se encontra em mudança no Ocidente, com a diminuição das profissões ligadas à indústria e aumento dos grupos ligados aos serviços (Costa et al, 2000; Costa, Machado e Almeida, 2009). Por contraposição, emergem, noutras partes do mundo, estruturas de classe ligadas aos sectores industriais. Como refere Wagner (2007), não se pode, actualmente, definir as classes sociais exclusivamente pelas fronteiras nacionais, ainda que alguns dos princípios constitutivos se desenvolvam no seu seio; estes não são um espaço fechado, uma vez que estabelecem trocas entre si e abrigam empresas transnacionais. Com a globalização acentuam-se as clivagens entre classes, expressas, por exemplo, na mobilidade, conhecimento de países estrangeiros e línguas, introduzindo-se novas formas de dominação económica e cultural. Em síntese: “la dimension international transverse la structure sociale et ses principes de hiérarchisation” (Wagner: 103).

Os grupos emergentes neste contexto, resultado de uma sociedade e economia baseada no conhecimento (Costa, Machado e Almeida, 2009) e caracterizados por qualificações elevadas, têm sido protagonistas de parte destas mudanças e fonte de inspiração para os teóricos da modernidade. Este grupo era caracterizado por Bourdieu pelo predomínio de capital cultural, pela procura de identidade e auto-expressão e pela rejeição de uma ligação a uma classe social (Atkinson, 2007: 362). Deve-se notar que esta classe dotada de capital cultural, em particular, está ligada à emergência de valores globais cosmopolitas, como os direitos humanos, e a que tem maior mobilidade (Wagner, 2007). Ou seja, se as classes sociais estavam ligadas a processos nacionais, as dominantes actualmente estão mais expostas a influências cosmopolitas, em especial os detentores de capital cultural. Pelo contrário, as classes dominadas continuam

atidas a contextos locais (Baert e Silva, 2010: 255-262).

Atkinson (2010b), na sua pesquisa, propõe que as mudanças descritas não alteraram a estrutura relacional de diferenciação dos capitais e que as condições sociais de vida continuam a moldar valores e práticas – o que mudou foi a forma como se manifesta nos condicionamentos e oportunidades estruturais (trabalho e educação) e elementos simbólicos (estilos de vida e discursos de classe) existindo a reprodução das condições herdadas em várias dimensões da vida social (Atkinson, 2010b: 15; Goldthorpe, 2002). Conclui-se, portanto, que as oportunidades face à globalização ou influência sobre estes processos se encontram desigualmente distribuídos (Wagner, 2007).

Assim, em termos conceptuais, as classes sociais podem ser tidas, em linha com Bourdieu, como um conjunto de agentes sociais com posição próxima no espaço social e, portanto, detendo volumes e tipos de capital semelhantes (económico, cultural, social, simbólico) (1997, 1984). As classes sociais correspondem a um sistema articulado, duradouro e multidimensional de desigualdades, baseado em diferenciais de recursos, de poder e de oportunidades (Costa et al, 2000; Silva, 2009; Atkinson, 2009). As condições objectivas e estruturais de existência continuam, assim, a ser importantes na estruturação de práticas e valores (Costa et al, 2000). A uma concepção estrutural e objectiva deve-se também acrescentar dimensões identitárias e simbólicas³, assente na distribuição assimétrica de poder

Na proposta de Almeida, Costa e Machado (2000) existem 4 princípios teóricos, metodológicos e substantivos em relação às classes sociais, que orientam a construção do objecto de estudo: (1) focalização nos protagonistas e mediações entre estrutura e acção, podendo-se analisar: a recomposição social (enquanto VD); os efeitos em práticas e valores (enquanto VI); ou focalizar os protagonistas de processos (acção colectiva); (2) abordagem multidimensional, estrutural e relacional - adaptável aos contextos, sem ser unicamente gradativa e descritiva; (3) integração e articulação entre elaboração teórica e investigação empírica; (4) por fim, “integração reflectida e criativa de referências teóricas com origens distintas” (*idem*: 13), nos *níveis de análise* e no *tipo de objectos de estudo*.

Deste modo, a perda de importância política não é motivo suficiente para esmorecer a sua validade científica, sendo que, com o devido enquadramento teórico, as classes sociais continuam a ser uma ferramenta importante na leitura da realidade social. Deve-se, assim, explorar o seu potencial tomando uma perspectiva histórica e plural na sua constituição,

³ Chauvel (2006) propõe para além de critérios objectivos, também dimensões culturais: (1) temporal – processos de reprodução; (2) cultural – referências simbólicas; (3) colectiva – união política.

assumindo que os diferenciais de poder que marcam as classes são universais.

2.3. MODERNIDADE, ESTADO-NAÇÃO E GLOBALIZAÇÃO

Torna-se, assim, relevante, depois de ter exposto o essencial sobre as classes sociais, o seu tratamento teórico actual e uma concepção relacional das mesmas, explorar uma abordagem contrastante de modernidade, que ligue classes sociais e cidadania e permita robustecer a construção do objecto de estudo na medida em que permite encarar as classes sociais num contexto macro-social, que influencia a sua formação e evolução. Aborda-se a Modernidade, neste ponto, em duas etapas: define-se, primeiramente, as suas características e processos essenciais, para depois expor as homologias entre a sua fase inicial e tardia e de globalização.

Para Mouzelis (1995; 2008), a definição de Modernidade tem que acomodar a diversidade cultural existente, de forma não eurocêntrica (e não relativista), por via de uma definição estrutural, focando os elementos únicos desta época histórica. À modernidade correspondem as formas sociais emergentes após a Revolução Industrial Inglesa e à Revolução Francesa, em que se assiste simultaneamente a: (1) um processo de integração no centro, enquanto Estado-Nação, que destruiu as formas de poder local e as subordinou a uma entidade central por via de tecnologias económicas, administrativas, militares e culturais, transformando os sujeitos em cidadãos que transferiram as suas lealdades para uma “comunidade imaginária”; (2) uma diferenciação das esferas institucionais do topo para a base da hierarquia social, em que as práticas dos indivíduos são reguladas por estados-nação, mercados, sistemas de *welfare* e sistemas educativos, tendo estes elementos uma importância na integração dos indivíduos no centro político, desaparecendo localismos segmentais, e com a integração social garantida por valores e normas comuns⁴. De forma sintética, estes correspondem a processos de centralização e diferenciação social descritos desde os clássicos.

Com esta definição, o tipo de modernidade que se constituiu no Ocidente é apenas um dos tipos existente, sendo que estes processos se verificaram também noutras regiões do mundo⁵. A diversidade em termos estruturais, e não apenas culturais, verifica-se pela prevalência

⁴ Um bom exemplo destes processos é o dado pelo trabalho de Mann (1993: 723-739), que descreve a centralização do estado e a integração das classes sociais por via de diversas tecnologias, com uma concepção de cidadania e unificação cultural, mas também para responder a processos económicos.

⁵ Mouzelis argumenta que os elementos culturais presentes inicialmente no Ocidente se tornaram transculturais, ainda que não o fossem a princípio, vindo a constituir “evolutionary universals”.

de uma das lógicas institucionais sobre outras⁶.

Actualmente, estes processos têm de ser entendidos à luz da globalização, face à primeira fase da modernidade. Com a globalização constatam-se isomorfismos, em que os Estados-nação, enquanto entidades locais, incorporam, por via das tecnologias de informação e comunicação, espaços globais com novas formas de centralização do poder (Mouzelis, 2008: 143-163).

A sua proposta recupera a distinção formulada por Lockwood entre integração social e sistémica para o quadro da modernidade (Mouzelis, 2008: 95-106). O autor esclarece que esta divisão se refere a duas formas de estudar totalidades sociais, que dão conta de diferentes mecanismos em torno da ordem social: “Social integration refers to the ‘orderly or conflictual relationships between the actors’ whereas system integration focuses on the compatible or incompatible/contradictory relationship between’ the parts of the social system” (idem, 2008: 97). Permite-se, assim, a análise de um mesmo fenómeno a partir de 2 perspectivas: uma focada nos actores no tempo e no espaço (nível sintagmático) e outra no conjunto de regras e recursos (nível paradigmático).

Este enquadramento permite recuperar os estados-nação para a análise dos problemas da modernidade ao contrário da proposta anterior (teorias da modernidade reflexiva e pós-modernidade) que os relega para segundo plano, além de integrar a problemática da cidadania e classes sociais na sua abordagem. O seu argumento é histórico e reclama a importância dos estado-nação nessas dinâmicas, incorporando-os em lógicas transnacionais, pois tem em conta os processos de centralização do poder a novos níveis, podendo-se também abordar as similaridades entre blocos de países na sua constituição histórica.

2.4. MODERNIDADE, CLASSES SOCIAIS E CIDADANIA

Depois de proposta uma teoria da modernidade, em que sobressaem os processos de diferenciação e centralização institucional no âmbito dos Estados-nação, importa perceber de que forma as classes sociais e a cidadania se relacionam nos processos de modernidade discutidos.

As discussões sobre cidadania abrangem vários campos do conhecimento humano. Na sociologia a discussão foi aberta por Marshall (1950,1998), que definia cidadania como:

“status bestowed on those who are fully members of a community. All who possess the status are equal with respect to the rights and duties with which the status is endowed. There is no universal principle that determines what those rights and duties shall be, but

⁶ Um exemplo dado pelo autor é o do Irão em que, actualmente, a lógica cultural coloniza as instituições políticas e económicas. No Ocidente é a lógica económica que domina as restantes.

societies in which citizenship is a developing institution create an image of an ideal citizenship against which achievement can be measured and towards which aspiration can be directed.”

Este autor colocou a expansão dos direitos num *continuum* ao longo de 3 séculos: cívicos (séc. XVIII) – direitos relativos às liberdades individuais, como a liberdade de expressão e pensamento, direito de propriedade e justiça; políticos (séc. XIX) - direito de participar no exercício do poder político como membro de um corpo político ou eleitor; e sociais (séc. XX) - segurança económica e social conforme os padrões da sociedade. A cada um correspondem diferentes instituições, respectivamente: tribunais, parlamento e conselhos locais, e sistema educativo e serviços sociais.

Marshall constatou que, até à concessão dos direitos sociais, não existia qualquer princípio de igualdade dos cidadãos face às desigualdades de classe e que estes garantiram a inclusão social e política da classe operária. A garantia de direitos políticos veio viabilizar a influência das classes com menores recursos, o que possibilitou, mais tarde, a emergência de direitos sociais: os direitos, além de sequenciais, eram também hierárquicos e tinham consequências institucionais. Com os direitos sociais estabeleceu-se um princípio de equidade social, em que apesar das desigualdades se manterem, garantiu-se um patamar mínimo de subsistência e protecção.

Apesar das críticas desenvolvidas ao *continuum* marshalliano (Cabral, 2000) deve-se antes perceber como este dá conta do processo de diferenciação institucional. Para Mouzelis (2008: 43-63), apesar da lógica que preside à formulação proposta, não há, ainda assim, uma total explicitação dos mecanismos envolvidos nesta diferenciação. Em Marshall, estão ao nível dos actores, não sendo uma explicação ao nível da integração sistémica e de como esta garantiu maior capacidade adaptativa, apesar de uma maior diferenciação social. É Parsons, segundo Mouzelis, quem elucida esta questão, já que no processo de expansão da educação, isto é, do sistema cultural, deu-se uma generalização de valores que garantem integração social (Mouzelis, 2008; Turner, 1997).

No decorrer dos processos de globalização, Turner (*idem*) propõe o desenvolvimento de uma teoria geral da cidadania a partir da reformulação da teorização de Marshall, cujos elementos são a cidadania, os recursos (económicos, políticos e culturais), a comunidade, a identidade e a cultura cívica. Para este autor a globalização constitui o processo fulcral na evolução do *continuum* de Marshall: os direitos humanos passam a englobar os direitos anteriores, sendo estes relativos, mais do que ao cidadão, ao ser humano. A complexificação dos

direitos de cidadania possibilita direitos semelhantes a qualquer indivíduo e constitui um conjunto de valores de partilha cosmopolita.

A proposta de Turner é coincidente e articulável com a de Mouzelis quando este último propõe os elementos constitutivos da Modernidade Tardia (2008, 159-161). O processo de globalização leva a formas semelhantes de incorporação e diferenciação aos ocorridos durante a primeira fase da modernidade, com os direitos humanos a constituírem o elemento de integração dos indivíduos a níveis supranacionais, alargando-se o espaço da cidadania.

Neste sentido, a relação entre classes sociais e cidadania é fulcral, pois é através da sua análise que se pode compreender de que forma se constituem os processos de centralização e diferenciação institucional, e deste modo, as formas de integração dos cidadãos.

2.5. CLASSES SOCIAIS E CIDADANIA POLÍTICA NA EUROPA: EIXOS DE ANÁLISE E HIPÓTESES

Pretende-se agora desenvolver um entendimento conjunto das relações entre classes sociais e cidadania política que permitam definir de forma precisa o objecto de estudo e o modo como se irá proceder a observações do mesmo, assimilando-se o trajecto teórico até agora desenvolvido. Como tal, neste ponto construir-se-á uma concepção que permita perceber a relação entre classes sociais e cidadania.

Na óptica de Mouzelis, a sociedade civil define-se por “issues of autonomy and freedom that, in the context of modernity or modernization, mark the relationships between state and some non-state groups and institutions. This definition helps to explore the ways in which people were, or are, brought to the center” (1995: 225). Uma sociedade civil forte é composta por: (1) “rule of law”, para a protecção dos cidadãos face a arbitrariedade do estado; (2) a existência de grupos de interesses organizados e não estatais, capazes de controlar os eventuais abusos do poder por parte daqueles que detém o controlo dos poderes de administração e coerção; (3) existência de pluralismo equilibrado. Assim, uma sociedade civil forte comporta inclusão dos direitos de forma autónoma, enquanto uma sociedade civil fraca a integração é feita de forma heterónima ou autoritária (isto é, há prevalência de uma lógica institucional sobre outras ou os direitos não estão plenamente difundidos)⁷. Na sua perspectiva, a análise da

⁷ Mouzelis e Pagaoulatos (2002) exemplificam esta problemática com a Grécia desde o pós 2ª Guerra Mundial. Usando esquema teórico delineado identificam em ambos os períodos (até e após 1974) a prevalência de uma esfera institucional sobre as restantes. Na primeira fase assiste-se a uma lógica de partidocracia, em que o político perverte as restantes esferas, com clientelismo, mas também a restrição de direitos sociais, políticos (com a limitação política da esquerda) e culturais (de minorias turcas). Após 1974, a entrada num regime democrático permitiu a expansão dos direitos, dominando agora o

cidadania e sociedade civil deve comportar uma análise da integração social (direitos e a sua expansão) e sistémica (lógicas institucionais).

Ao quadro da sociedade civil devem-se juntar também as questões relativas à cidadania política desenvolvidas por Cabral (1997, 2000). Nas suas opções, separa social, económico e político, na linha das teorias dos sistemas sociais. Neste triângulo, o político faria incorporar no económico as exigências de “justiça social”, que a cidadania garantiria. A sua tese é de que a cidadania democrática depende da distribuição de recursos e das percepções que as diferentes camadas sociais têm, segundo os valores de equidade do sistema (1997). Os direitos políticos ocupam, assim, um lugar central ao serem os únicos que se desfruta pela acção (Cabral, 2000: 86-87), porque ao “contrário dos atributos da cidadania cívica e social, os atributos da cidadania política nunca são automáticos, mas sim algo que tem de ser exercido (...) de forma activa.” (*idem*). Chega-se assim a uma medida de funcionamento real dos regimes democráticos, através do “exercício objectivo dos seus direitos” (*idem*).

Assim, se uma sociedade civil forte, na perspectiva de Mouzelis, se manifesta pela expansão e realização dos diversos direitos de forma autónoma pelas diferentes classes sociais (e respectivos poderes), estes só são plenamente realizados pela acção (individual ou colectiva) dos direitos políticos, sinal, portanto, de integração no centro político dos cidadãos. Ou seja, a cidadania política, expressão da sociedade civil, é, enquanto participação, um indicador chave da forma como o poder se distribui no âmbito dos processos democráticos.

Pode-se decompor a cidadania política em duas dimensões: activa e latente. A activa, estudada via participação política, corresponde a um conjunto de práticas individuais e colectivas realizadas com o voto e no intervalo dos actos eleitorais com o objectivo de influenciar a acção de representantes políticos ou de instituições e organizações económicas e culturais (Teorell, Torcall e Montero, 2007; Viegas e Faria, 2007) e que pode ser tida como uma forma de acção sobre a estrutura, como actuação sobre as condições sociais de vida (Casanova, 2004: 205).

Porém, como propõem Ekman e Amnå (2009) deve-se também considerar uma dimensão latente, entendida enquanto envolvimento comunitário e moral, sem inclusão necessariamente de participação, mas expressa pelo interesse e discussão de problemas comuns, identificação e sentido de pertença a um grupo. Esta dimensão permite aprofundar o significado que ganha o conjunto das práticas de participação. Trata-se, portanto, de tornar o conceito mais

mercado outras esferas institucionais, sendo os seus recursos intermutáveis face a outros, com uma nova oligarquia que controla também os media.

abrangente para além do mero exercício de influência, em que se incluem situações pré-políticas que contextualizam a forma como se participa. Esta combinação, poderá ajudar a perspectivar de forma mais complexa, a cidadania e a sua relação com as instituições, principalmente quando observadas pelo lado das desigualdades sociais, pois em termos comparados permite perscrutar de que forma a integração social se realiza.

Com este enquadramento, fica patente de que forma as desigualdades e cidadania se podem conjugar. Mouzelis e Cabral sugerem que não basta a concessão de direitos, mas que estes têm que se verificar tanto pelas práticas dos cidadãos, como das transformações sistémicas ao nível das instituições. As classes sociais surgem, então, como uma ferramenta conceptual essencial no descortinar das lógicas internas de construção dos Estados-nação e na concretização dos direitos de cidadania, ao permitir entender o impacto dos diferentes tipos de recursos na participação. Neste sentido, importa abordar estas questões de forma concreta a partir de um objecto de estudo específico.

Assim, na senda do enquadramento teórico e dos eixos analíticos delineados, pretende-se analisar de que forma as classes sociais são elementos de estruturação da cidadania política, nas suas diferentes dimensões. O objectivo é perspectivar Portugal no âmbito de uma análise transnacional, tendo em conta não apenas o conjunto de países, mas também as desigualdades dentro de cada um (ou de cada região). Após a identificação de padrões de cidadania política e da sua relação com as classes sociais, aprofundar-se-á a análise através da identificação de padrões que combinem as dimensões activas e latentes. Julga-se, assim, conseguir identificar, a partir da posição social ocupada pelo indivíduo, os processos de integração política e distribuição do poder, perscrutando de que forma há (ou não) influência dos cidadãos no controlo das instituições. Pretende-se, assim, perceber como as classes funcionam em diferentes contextos, e do ponto de vista teórico e operativo alargar a perspectiva sobre a construção da cidadania política. Trata-se, portanto, de estudar a relação entre classes sociais e cidadania de uma perspectiva transnacional (Costa, Almeida, Machado, 2009), a partir de dados quantitativos. Portugal apresenta-se como um caso interessante para focar a análise devido ao seu padrão de desigualdades (rendimentos e educacionais) – um dos maiores da Europa (Carmo, 2010) – e baixos níveis de participação (Viegas e Faria, 2007).

Deste modo, importa, assim, aprofundar a relação entre classes e acção política. Caínzos e Voces (2010) exploram a relação entre classes sociais e participação política na Europa, encontrando uma relação que confirma as hipóteses colocadas quanto ao nível e ao tipo de participação, baseadas nas pesquisas realizadas por autores da corrente da cultura cívica ame-

ricana. Em termos genéricos, os níveis de participação variam consoante o volume total e tipo de capitais, sendo que esta desigualdade se expressa com maior intensidade nas práticas que designam como não convencionais. Poder-se-ia associar estas questões à competência política e uma especialização e cumulatividade dos repertórios de acção, havendo impacto em todos os países, apesar das variações verificadas. Já Nunes e Carmo (2010) mostram que, na Europa, a acção colectiva se baseia em diferentes tipos de capitais (social, económico e cultural), sendo que sobreposição entre estes tem um efeito claro na intensidade das práticas, pondo em causa a teoria sobre a irrelevância das classes sociais na compreensão das configurações existentes entre classes sociais e acção colectiva⁸. Identificam 2 dimensões na organização topológica do espaço das classes e acção colectiva: (1) posicional (confiança institucional, confiança interpessoal, rendimento, escolaridade e categoria socioprofissional); (2) societária (sociabilidade, pertença a associações profissionais, participação em actividade sociais). Estas resultam em quatro tipos de configurações relacionais: apropriação de recursos, privação parcial de recursos, padrão societário mais intenso, e distanciamento social.

Bourdieu (1984: 397-465) apesar da sua análise não se centrar na participação política, aborda os modos de produção de discursos e opinião, isto é, do envolvimento. Para este autor, a produção de opinião está desigualmente distribuída: há uma ligação entre classe social, poder e cultura perante uma democracia selectiva daqueles que têm competências, mas também pela auto-exclusão de opinião ou participação por parte dos dominados: a participação está dentro de um campo subjectivo de possibilidades.

A hipótese subjacente a este trabalho é de que a cidadania política varia consoante as classes sociais, os estados-nação e as suas características. Uma das ideias-chave patente neste trabalho é que, assim, se poderá identificar uma das formas em que é reflectida a distribuição de poder nas sociedades europeias, bem como a formação de características-chave de cada classe (classe de agentes) na sua relação e distanciamento face ao Estado, sendo fulcral nesta análise as dimensões activas e latentes da cidadania política.

3. ABORDAGEM EPISTEMOLÓGICA E METODOLÓGICA

Antes de expor a estratégia metodológica, tecer-se-á um conjunto de considerações breves sobre os princípios seguidos: explora-se, em primeiro lugar, a perspectiva epistemológica que guia este trabalho, para depois de enunciar os princípios metodológicos.

⁸ Os autores utilizam variáveis integradas nas análises sobre participação política, com uma designação diferente.

Brante (2000) define os três princípios científicos fundamentais do realismo crítico: (1) ontológico - a realidade social é independente das nossas representações ou da nossa consciência (a realidade social é material e mental); (2) epistemológico - é possível adquirir conhecimentos relativos à realidade; (3) metodológico - todo o conhecimento é falível e logo corrigível. Para estes autores cada teoria dedica-se a diferentes níveis da realidade social, sendo que mais do que “encontrar a fórmula básica e abrangente através da qual todos os fenómenos sociais possam ser explicados” (*idem*: 21) importa antes focar e “mapear os respectivos mecanismos, para cada estrutura, de modo a poder explicar os fenómenos sociais”. Desta forma, a cumulatividade não é apenas empírica, mas consiste, também, na identificação de mecanismos e processos sociais. Se os dados empíricos permitem conhecer novos factos com minúcia, é através de reflexões sistemáticas que se identificam os mecanismos subjacentes aos mesmos. É, portanto, necessário “conceber a sociologia como um esforço de descrição reflectida do mundo social, de resolução de enigmas, de elucidação de mecanismos constitutivos, de aferição de esquemas interpretativos” sobre a alçada de um espaço de problematização comum, em que o objectivo é a “indexação clara de resultados e referenciais confrontáveis” (Berthelot, 2000: 127).

Em linha com estas considerações entende-se que as metodologias variam com o contexto, objecto e objectivo de aplicação, pelo que não existem metodologias totalmente reproduzíveis. Como refere Bourdieu (1989), rigidez é diferente de rigor: importa, por isso, desenvolver a metodologia enquanto um processo, flexível e adaptável, e não enquanto uma fórmula, pensando de forma dialéctica (isto é, em confronto com o objecto) quais os procedimentos que melhor servem o objecto e as dificuldades que se adivinham na sua consecução, numa investigação empírica teoricamente orientada (Costa, 1999: 7).

Metodologicamente, este projecto estrutura-se sobre dois eixos: método comparado e utilização de dados secundários. De seguida referir-se-á, de forma integrada, as opções tomadas, assim como se reflecte da validade e pertinência das mesmas.

No que ao método comparado diz respeito, há que distinguir entre os procedimentos usualmente utilizados e as perspectivas epistemológicas sobre o mesmo, isto é, entre como se faz e as reflexões em seu torno. O método comparado tem origem na distinção efectuada por J.S. Mill, o método das similaridades e o método das diferenças. Porém, Tilly sugere que Mill afirmava que estes métodos não são aplicáveis às “ciências políticas e históricas”, devido à profusão de factores associados a realidade social, sendo estes do domínio das ciências experimentais (2008: 84). Há, então, que reflectir acerca da sua validade, tendo em conta os objec-

tivos deste trabalho.

O método comparado, ou comparativo-tipológico, tem por base “um número bastante mais pequeno (face ao extensivo-quantitativo), mas ainda assim significativo, de unidades de análise, utilizando instrumentos de pesquisa mais flexíveis e procedimentos de recolha de informação de média intensidade” (Costa, 1999: 10), permitindo estudar os casos de uma forma compreensiva (Ragin, 1994: 49). Os principais objectivos deste método passam por: explorar a diversidade e avançar com novas teorias, mas pode também identificar padrões, testar e refinar teorias (*idem*: 105-130). Assim, Freire aponta que nas ciências sociais este se refere, normalmente, à comparação entre países, com o objectivo de explicar as variações de nível macro social (2006: 80), dando-se, assim, relevância aos estados como unidades fundamentais de explicação de diferentes padrões, devido à sua história e instituições específicas. Ainda assim, vários são os problemas apontados aos pressupostos subjacentes a este tipo de análises. Por exemplo, Tilly (2008: 86) refere que a desintegração do Estado-nação, devido à sua inserção nas lógicas de globalização, tornam estes pressupostos dúbios, sendo numa perspectiva relacional se podem verificar lógicas transversais aos diversos Estados.

Importa, assim, reflectir sobre este tipo de análise, tendo em conta o quadro teórico traçado anteriormente. Há que definir níveis precisos de análise transnacionais que integrem vários países num mesmo espaço de comparação, já que existem lógicas institucionais e históricas comuns a vários países, que está no cerne desta análise. Tilly (1984) define vários níveis de comparação: histórico-mundial, sistema-mundo, macro-histórica e micro-histórica. Focaremos aqui o nível macro histórico, em que se analisa processos procurando uniformidades e variações entre unidades e processos: pode-se, portanto, unir nesta análise vários países com lógicas de desenvolvimento histórico semelhantes. Trata-se, portanto, de analisar unidades macrosociais de forma holística, enquanto totalidades e configurações singulares e complexas, identificando-se processos e mecanismos sociais, em que a teoria serve de suporte à interpretação das configurações históricas e dos factores causais. Note-se, também, ao colocar Portugal no centro da análise e tendo as classes como variável independente, importa explicar a forma como estas são construídas, sem perder espaço de interpretação dos dados. Julga-se que a análise transnacional com dados estatísticos, tal como a realizada por Costa, Machado e Almeida (2009) é a que mais se aproxima deste tipo.

Do ponto de vista operativo, este trabalho desenvolve-se, então, sobre a égide de uma comparação de âmbito transnacional, que permite obstar alguns percalços e reificações associadas ao nacionalismo metodológico apontado por diversos autores (Tilly, 2008). O que se

pretende é proceder a comparações entre países e espaços geográficos, levando em conta as classes sociais em cada um deles como um factor adicional de explicação. Assim, compara-se não só as variações a nível societal, como se compara classes sociais. Leva-se a cabo um estudo transnacional que conjuga níveis de análise nacionais e transnacionais.

Uma vez que o objectivo passa por entender a relação entre classes sociais e cidadania política numa perspectiva comparada, há que ter em conta os recursos empíricos disponíveis. Assim, recorre-se a dados secundários, que actualmente constituem um recurso para este tipo de estudos e que permitem comparar países, algo para que estão especialmente vocacionadas (Kittilson, 2007; Curtice, 2007). Importa sumariar vantagens e os inconvenientes desta escolha, segundo Freire (2006: 95), no quadro 3.1.:

Quadro 3.1. Vantagens e inconvenientes do uso de dados secundários

Vantagens	Inconvenientes
<ul style="list-style-type: none"> - impossibilidade de recolha de dados a uma escala tão grande (disponibilidade dos dados) - poupança de tempo e dinheiro - maior comparabilidade dos dados - testar hipóteses em vários contextos 	<ul style="list-style-type: none"> - não correspondência com o que se pretende analisar - desadequação operacional - análises ateóricas - qualidade, indisponibilidade e desactualização dos dados

Tendo em conta este quadro, e comparando vantagens e desvantagens, deve-se ser cauteloso na escolha dos dados e consciente que as escolhas realizadas anteriormente condicionam as análises posteriores. Como tal, utilizar-se-á os dados disponíveis do projecto internacional European Social Survey⁹ para o ano de 2002 (*round* 1), devido ao conjunto de variáveis do módulo relativo à cidadania dessa edição para a dimensão activa e latente¹⁰. Apesar da existência de dados mais recentes seleccionou-se este *round* pois permite mapear os padrões de cidadania de forma relacional e estabelecer as bases para futuros trabalhos. Argumenta-se, também, que face aos últimos dados disponíveis (2008) não existem diferenças a assinalar nos padrões de cidadania e classes sociais, pois trata-se de questões estruturais em que as mudanças demoram algum tempo (*vide* pontos 4.1. e 4.2.). Ainda assim, não será impeditivo de explorar estes dados quando possível e relevante.

Neste quadro, não se desenvolve uma análise ateórica, mas procura-se adicionar novos conhecimentos aos trabalhos já desenvolvidos. Acrescente-se que estes dados permitem utilizar as várias teorias de forma criativa, bem como estabelecer análises com maior celeridade e

⁹ Sobre este programa ver: <http://www.europeansocialsurvey.org/>.

¹⁰ Este módulo foi desenvolvido por uma equipa internacional no âmbito do projecto Citizenship, Involvement and Democracy (CID) - Link do site original do projecto: <http://www.mzes.uni-mannheim.de/projekte/cid/>.

eficiência no que se refere a tempo e custos.

A análise centrar-se na forma como Portugal se posiciona face aos restantes países da Europa. Para tal agrupa-se, na análise, os países da forma indicada no quadro 3.2., tendo em conta um conjunto de padrões históricos, mas também os padrões subjacentes à integração europeia. Desse modo, estes têm o propósito de facilitar a análise, tendo-se noção que apesar das construções históricas associadas os agrupamentos poderiam ser realizados de outra forma.

Quadro 3.2. Blocos de países em análise

Escandinavos	Centro	Leste	Sul
Noruega, Suécia Finlândia, Dinamarca	Reino Unido, França, Alemanha, Áustria, Holanda, Bélgica, Luxemburgo, Suíça, Irlanda	Hungria, Rep.Checa, Polónia, Eslovénia	Itália, Espanha, Portugal, Grécia

Em termos operacionais e de organização dos restantes capítulos identifica-se, primeiramente através dos dados estatísticos, o conjunto de padrões existentes nos diversos países na relação entre classes sociais e cidadania política. Numa segunda fase, após a análise de dados, procura-se identificar de forma crítica o conjunto de factores subjacentes aos dados estatísticos e às suas relações: em termos procedimentais, há que elencar um conjunto de factores que ajudem a explicar estas variações, assim como estes se devem enquadrar dentro da teoria atrás explicitada. Dentro do quadro teórico atrás descrito, se na primeira fase se está dentro de uma lógica de análise de integração social (actores no tempo e no espaço), na segunda parte trata-se de fazer uma análise dentro do quadro da integração sistémica (padrões institucionais). Resumindo, usa-se o método comparado de âmbito transnacional com recurso a técnicas estatísticas.

Como variável independente da análise surgem as classes sociais, operacionalizadas por via da tipologia ACM – categorias socioprofissionais – a 5 categorias tal como desenvolvidas por Almeida, Costa e Machado numa variedade de trabalhos (Costa, 1999; Costa et al, 2000; Costa, Almeida, Machado, 2009). Opta-se neste trabalho por utilizar o indicador desta equipa¹¹, devido à inclusão de informação relevante na reconstituição da classe social de forma multidimensional: condição perante o trabalho, qualificação profissional, posição hierárquica e sector de actividade. O uso do indicador socioprofissional permite, através do cruzamento de profissão e situação na profissão, reconstituir o volume e a estrutura dos capitais

¹¹ Algoritmo e tabela de operacionalização em anexo.

económicos, organizacionais e qualificacionais (Casanova, 2004: 43-54), indo ao encontro das teorias de inspiração bourdiana. Como variável dependente utiliza-se uma variedade de indicadores a especificar durante a análise e que permitem dar conta dos tipos, das modalidades e da intensidade das formas de cidadania política, em que se considera o conjunto de variáveis disponível na base de dados: são disso exemplo a participação e voto, índice de práticas de participação e, por fim, construção de uma tipologia de cidadãos (*vide* ponto 4.2 e 4.4.).

4. CLASSES SOCIAIS E CIDADANIA POLÍTICA NA EUROPA

Neste ponto desenvolvem-se duas questões essenciais, que enquadram os tópicos desta investigação: num primeiro momento pretende-se investigar quais estruturas de classe na Europa e quais as diferenças entre estas, não só na sua constituição estrutural, mas também cultural (como classes de agentes, em que as diferenças são aprofundadas por via dos níveis de escolaridade (Costa, Machado e Ferreira, 2009)). Trata-se, no fundo, de compreender que apesar de estruturas semelhantes podem existir perfis diferentes. Num segundo momento, explora-se a participação política na Europa.

Por fim, procede-se à análise da relação entre classes sociais e cidadania política, que se divide em duas partes: primeiramente examina-se os indicadores genéricos de actividade cidadã na sua relação com o posicionamento social, para posteriormente se operar a relação entre dimensões activas e latentes da cidadania política. No final, analisa-se como Portugal se enquadra no espaço Europeu.

4.1. CLASSES SOCIAIS NA EUROPA

Importa fazer uma análise descritiva da variável independente deste trabalho e que permite perceber como as desigualdades se distribuem no interior de cada país ou região. Na senda dos trabalhos realizados por Costa, Almeida e Machado (Costa, 1999; Costa et al, 2000; Costa, Almeida, Machado, 2009), usam-se dois indicadores: categoria socioprofissional (profissão e situação na profissão) com cinco grandes grupos (empresários, dirigentes e profissionais liberais (EDL); profissionais técnicos de enquadramento (PTE); trabalhadores independentes (TI); empregados executantes (EE) e operários (OI)) e a média dos anos de escolaridade como medida socioeducacional. Estes permitem uma caracterização parcimoniosa, mas esclarecedora, dos padrões de classe e desigualdades na Europa.

Atenha-se que o uso deste tipo de indicadores, como refere Atkinson (2009), não se faz sem problemas, principalmente por excluir importantes franjas da população que não tra-

balham ou por não dar conta, de forma coerente, da estrutura de capitais. Porém, no tipo de investigação que aqui se propõe, apesar das limitações e dentro de certos princípios chave já enunciados, são indicadores importantes no esclarecimento das questões desenvolvidas.

Quadro 4.1.1. Classes Sociais na Europa: estrutura (%) e média de anos de escolaridade (Esc)

	EDL		PTE		TI		EE		OI	
	Esc	%	Esc	%	Esc	%	Esc	%	Esc	%
Noruega	14,5	9,9	15,7	31,2		0,0	11,8	35,0	11,2	23,9
Suécia	13,2	11,0	14,4	31,5	9,8	3,6	10,9	34,3	10,2	19,6
Finlândia	13,1	12,5	14,8	26,3	8,9	7,4	11,3	27,7	10,5	26,1
Dinamarca	14,0	13,9	15,5	30,2	11,4	1,7	12,2	29,6	11,7	24,7
	13,6	11,7	15,1	29,8	9,4	3,3	11,5	31,7	10,9	23,5
Reino Unido	14,2	16,9	15,1	20,8	12,2	4,2	12,0	37,7	11,2	20,4
França	13,6	10,0	14,5	30,3	10,4	4,1	11,1	34,8	10,3	20,8
Alemanha	14,7	12,8	14,8	29,0	11,7	3,0	12,0	30,7	11,3	24,6
Áustria	13,4	14,8	14,3	27,7	11,1	3,4	11,6	38,2	10,7	15,9
Holanda	14,3	16,3	14,2	38,3	11,6	0,5	11,9	29,7	11,2	15,2
Bélgica	13,7	13,4	14,4	29,1	11,1	4,8	11,7	28,1	10,4	24,6
Luxemburgo	13,7	14,3	15,3	28,3	11,2	1,6	11,4	35,8	9,7	20,0
Suíça	11,7	17,1	12,3	31,9	9,2	5,8	9,9	28,9	9,3	16,3
Irlanda	14,5	16,9	15,9	17,3	11,5	8,4	12,6	36,8	11,4	20,7
	13,8	14,8	14,4	28,2	11,0	3,9	11,6	33,2	10,7	19,8
Hungria	15,3	13,9	14,9	16,5	12,3	5,0	11,1	23,4	9,8	41,2
Rep.Checa	15,0	10,9	14,7	23,6	12,6	3,1	11,9	23,1	11,1	39,3
Polónia	14,1	14,5	14,6	17,0	9,2	14,5	10,9	20,8	10,1	33,2
Eslovénia	14,2	9,7	13,9	26,3	10,7	2,7	11,2	26,9	9,7	34,5
	14,6	12,5	14,5	20,3	10,2	7,1	11,2	23,3	10,2	36,9
Itália	11,4	20,6	15,1	18,3	7,8	8,9	10,8	28,6	8,4	23,6
Espanha	12,6	9,4	15,9	18,3	7,7	9,5	11,1	27,2	8,2	35,6
Portugal	8,9	14,1	13,1	13,2	4,8	8,5	7,2	30,5	4,8	33,7
Grécia	11,3	18,8	15,8	11,1	7,0	23,5	11,3	24,0	8,3	22,7
	11,0	15,7	15,1	14,5	6,9	14,1	10,1	27,1	7,3	28,6

Fonte: ESS2002

No que se refere à estrutura de classes na Europa, existem diferentes constituições consoante à região, com diferentes predomínios. Nos países escandinavos, a estrutura de classes caracteriza-se pelo domínio dos profissionais técnicos de enquadramento (PTE) (29,78%), com níveis médios de escolaridade elevados (15,1), mas também muitos empregados executantes (EE) (31,7%). Na generalidade das classes sociais e face às outras regiões, existem níveis de escolaridade elevados em todas as classes sociais, mas em especial nos PTE. Nos países do centro, apesar da grande diversidade existente, estes pautam-se também pela presença de um elevado número de PTE e de EE, excepto o Reino Unido e a Irlanda em que o peso dos primeiros é menor (20,8% e 17,3% respectivamente). No que se refere à escolaridade, esta é semelhante à dos países escandinavos.

Nos países do leste há situações diversas, com o trabalho independente a ser preponde-

rante na Polónia com 14,5%, enquanto nos outros países atinge no máximo 5%. Mas existe um padrão semelhante no que respeita à percentagem elevada de operários e mais baixa de EE, com os padrões de escolaridade ao nível da Escandinávia e centro. Quanto ao sul, apesar de algumas diferenças internas, caracteriza-se por um nível alto de trabalho independente (14,14%), em especial na Grécia (23,46%), com níveis de escolaridade baixos. Os empregados executantes representam pelo menos um quarto da população, assim como o operariado. Os PTE apresentam percentagens mais baixas, apesar dos níveis de escolaridade serem semelhantes aos dos restantes países da Europa.

Sobressaem aqui formas distintas no que concerne aos modelos económicos, consoante o peso dos grupos em análise, ficando claro as diferentes estruturas produtivas em que assentam. Os países escandinavos e do centro, com excepção da Irlanda e Reino Unido, apresentam uma dinâmica assente nas profissões com qualificações elevadas. A Irlanda e o Reino Unido apresentam uma menor percentagem de PTE, mas maior de EE. Os países de leste continuam a manter uma estrutura económica baseada no sector industrial, não descurando ainda assim as qualificações, que são semelhantes às dos países do centro e do norte, o que se pode dever à herança comunista de aposta na indústria e na educação generalizada. No sul da Europa decrescem as qualificações em termos médios e aumenta a importância do trabalho independente, tendo também um menor peso nos PTE. Deve-se, também, destacar a forma como alguns países foram capazes de dotar os seus cidadãos, qualquer que fosse a classe social, de qualificações mínimas. Há, assim, uma sobreposição e relação entre os modelos económicos e o seu desenvolvimento com a escolaridade e com a possibilidade do Estado garantir de forma efectiva direitos sociais de educação, que permitirão maior capacidade, de cumprir de forma eficaz, os direitos políticos.

Em dados referentes a 2008, a estrutura de classes não se diferencia substancialmente do que é aqui apresentado exceptuando em alguns pormenores, com o principal destaque a ser o aumento do número de anos de escolaridade em todas as categorias. A principal alteração a registar é o aumento dos EE em cerca de 6%, assim como ligeiros aumentos nos PTE e nos TI e uma descida nos EDL.

Portugal surge, ainda que dentro do padrão apresentado pelos do sul da Europa, deslocado de muitos dos números apresentados. Percebe-se a dualidade que atravessa o país, com grupos próximos dos padrões europeus e outros afastados. Este tema tem sido abordado em várias investigações (Machado e Costa, 1998; Costa, Machado e Ávila, 2009; Carmo, 2010), em que, apesar dos traços de modernidade que caracterizam Portugal, continuam a existir

aspectos de dinâmicas e processos desarticulados entre vários grupos sociais. Machado e Costa (1999) identificavam na década de 1990 “duas lógicas distintas”, que se parecem manter nos dados em análise, com uma dissociação entre a actividade empresarial e aqueles que detêm estudos universitários, já que a média dos anos de escolaridade dos primeiros é mais baixa que a dos segundos. Note-se, assim, o afastamento entre PTE e EE, com um nível educacional próximo da média europeia, enquanto os EDL, os TI e os OI mantêm níveis de escolarização baixos. Trata-se de uma característica que está patente no sul da Europa, mas que se acentua em Portugal, sendo que, dos países seleccionados, Portugal apresenta os níveis mais baixos de escolaridade em todas as categorias socioprofissionais. Existe, deste modo, uma distância entre classes no que se refere à formação escolar, em especial face aos PTE, que poderá interferir na forma como se constrói a vida associativa e cidadania política activa, devendo-se ter esta questão em conta nas próximas análises.

4.2. CIDADANIA POLÍTICA NA EUROPA

Nesta secção procura-se identificar padrões de cidadania política na Europa e como se conjuga participação eleitoral e extra-eleitoral, isto é, se há uma participação activa dos cidadãos nos intervalos entre eleições. Na segunda fase, pormenoriza-se a análise, assim como se constrói ainda um índice que permite medir a intensidade da participação.

No que se refere à participação e ao voto observam-se diferentes padrões. Nos países escandinavos verifica-se percentagens elevadas de participação e voto, ou mesmo de apenas participação (77,1%), sendo escassos aqueles que só votam ou não participam. Quanto aos países do centro há um aumento dos que não participam ou daqueles que apenas votam. Note-se que nestes dois primeiros grupos de países há um grupo considerável de cidadãos que, apesar de não terem votado, actua por outras vias, o que já não sucede nos países do leste ou do sul, em que a participação se desloca com maior intensidade para o voto. Assim, os níveis mais altos de não participação verificam-se na Europa do Leste, sendo que no Sul se verificam os níveis mais altos de exclusiva participação eleitoral. Nestes dois grupos o envolvimento participativo é dos mais baixos, sendo que Portugal destoa do grupo de países em que se insere com percentagens ligeiramente mais altas de não participação e apenas voto que os outros países do sul da Europa. Parece existir uma divisão entre novas e velhas democracias, que será explorada adiante.

De forma mais específica analise-se agora as práticas empreendidas: os países escandinavos têm maiores percentagens de participação em quase todas práticas, sendo seguidos

dos países do centro. O sul e o leste apresentam níveis muito semelhantes e mais baixos.

Quadro 4.2.1. Participação e voto na Europa (%) ¹²

	Participa e vota	Não vota, mas participa	Vota	Não participa
Noruega	77,0	18,3	3,0	1,8
Suécia	79,4	17,0	2,1	1,5
Finlândia	68,4	24,5	3,4	3,7
Dinamarca	85,8	9,9	2,6	1,7
	77,1	17,9	2,8	2,2
Reino Unido	61,7	25,8	5,6	6,9
França	58,1	17,2	13,2	11,5
Alemanha	71,2	16,2	6,9	5,7
Áustria	72,8	14,1	8,7	4,5
Holanda	76,1	15,8	5,0	3,1
Bélgica	69,9	17,7	9,3	3,1
Luxemburgo	47,6	42,7	3,4	6,3
Suíça	45,2	23,4	10,6	20,8
Irlanda	65,9	19,4	9,6	5,0
	64,5	20,6	7,8	7,1
Hungria	38,4	7,7	40,3	13,7
Rep.Checa	35,7	14,7	28,1	21,5
Polónia	26,8	13,6	34,8	24,9
Eslovénia	53,6	15,6	21,2	9,6
	37,6	12,8	31,7	17,9
Itália	51,6	8,7	33,0	6,8
Espanha	43,2	15,7	28,5	12,6
Portugal	34,7	11,8	34,1	19,4
Grécia	34,9	4,7	48,5	11,8
	39,8	9,6	37,8	12,8

Fonte: ESS2002

Nos países do norte destacam-se os níveis associativos (profissional e outros) bastante elevados face aos restantes países, que se combinam com outras práticas, tais como boicotar ou comprar produtos por razões éticas ou ambientais, assinar petições, contactar políticos ou usar emblemas: é provável que se esteja perante um conjunto de países em que a participação é multidimensional, pois envolve várias esferas e vai para além dos trâmites institucionais. No centro da Europa decaem os níveis de associativismo (principalmente o profissional) e mantêm-se os níveis de participação em partidos políticos, assim como algumas práticas de protesto. Todas estas dimensões abordadas apresentam uma menor intensidade nos países do sul e do leste da Europa, sendo que, ainda assim, o sul apresenta valores um pouco mais altos.

Portugal está mais próximo, em termos eleitorais, dos valores apresentados pelos países de leste que pelos os do sul, mas distinguindo-se pouco destes últimos, exceptuando na

¹² Esta variável tem por base o voto (nas últimas legislativas) e a participação em pelo menos uma acção (ver páginas seguintes). Este indicador permite perceber de que forma se combinam voto e participação e se existem actividades cívicas nos intervalos entre eleições.

participação em manifestações, no associativismo e petições. Explica-se em parte os resultados acima apresentados na relação entre participação eleitoral e não eleitoral, já que estão em causa os níveis mais baixos relativos ao voto de Portugal face ao sul da Europa. Contudo, uma comparação com os dados de 2008 (em anexo) dos indicadores aqui apresentados mostra uma descida em todos estes. Isto poderá dever-se ao facto de o ano de 2002 ter sido um ano de eleições legislativas em Portugal, o que levou a uma maior participação política dos cidadãos.

Quadro 4.2.2. Participação na Europa (% respostas afirmativas)

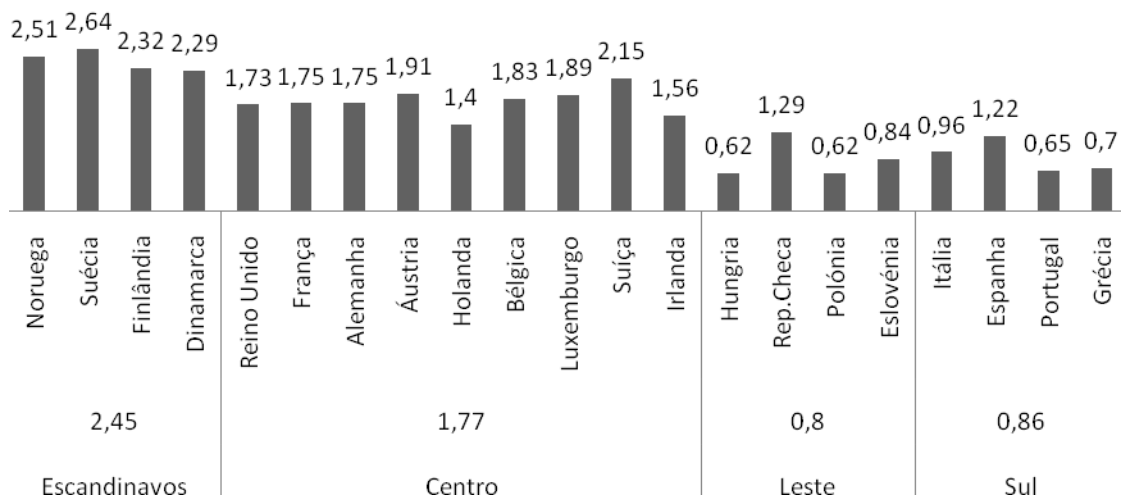
		Escandinávia	Centro	Leste	Sul	Portugal
Eleitoral	Votar	80	72,8	69,6	77,9	69
Mobilização	Protestos ilegais	0,7	1,5	0,7	1,3	0,3
	Emblema auto-colante	14	7,6	3,2	6,1	6,5
	Manifestação	6,2	9,4	2,9	8,8	4,3
	Petições	32,5	31,4	9,2	12,3	7,3
	Contacto	20,6	17,2	14,1	13	12,3
	Boicotar produtos	25,4	20,6	5,7	7,1	3,4
	Comprou produtos	43,8	31,7	12,5	7,9	6,9
Associativa	Trabalhar numa organização ou associação de outro tipo	25,7	17,6	6,1	8,4	4,2
	Trabalhou para um partido político, movimento cívico	5,5	5,3	3,4	4,7	4,2
	Membro sindicato/associação profissional	54,7	19,1	13,1	9,8	7,7
	Dar dinheiro	8,7	10,3	7,2	3,5	3,9
	Filiação partidária	7,8	6,2	2,9	4,3	4,8

Fonte: ESS2002

Quando se constrói um índice que tenha em conta o número de práticas realizadas, as regularidades até agora verificadas mantêm-se. Através deste indicador é possível perceber qual a intensidade da participação consoante os países e regiões. Os países escandinavos são aqueles que apresentam uma média mais alta de participação (2,45), enquanto os países do leste e do sul apresentam uma média mais baixa, sendo que os do centro estão em 2º lugar.

A partir destes dados é possível perceber, para além do modo como se combinam a participação e o voto, a intensidade da participação em cada região. Verificam-se regularidades que permitem avançar para uma análise transnacional *per si*, sem ter em conta as especificidades nacionais. Note-se ainda, por exemplo, que a Suíça, em que os níveis de participação eleitoral eram mais baixos do que o padrão dos países do centro da Europa, é o país com um maior nível de participação, isto é, há intervenção política por outras vias, o que não significa que menospreze o voto, mas que existem outras formas de exercer actos de cidadania.

Figura 4.2.1. Índice de Práticas de Participação



Fonte: ESS2008

Vários trabalhos têm identificado os padrões aqui verificados quer em relação ao voto, quer em relação à participação extra-eleitoral, sendo que usualmente os trabalhos sugerem padrões distintos de participação consoante as regiões da Europa (Viegas, 2007; Teorell, Torcall e Montero, 2007; Magalhães e Freire, 2002). São apontados factores como os níveis de escolarização, os padrões de cultura política e institucionais. Estes resultados reflectem diferentes formas de integração no centro político, mas que só são inteiramente inteligíveis quando relacionados com as classes sociais, pois importa perceber de que forma o posicionamento social tem impacto na concretização dos direitos de cidadania políticos. Esta análise, tal como se argumentou anteriormente, ajudará a entender de que forma as desigualdades intervêm na distribuição e na distância ao poder (Cabral, 2000).

4.3. CIDADANIA POLÍTICA E CLASSES SOCIAIS

De seguida proceder-se-á a análise transnacional e conjunta das classes sociais e da participação, perspectivando-se a posição de Portugal. O objectivo é, depois de analisadas as estruturas de classe e a dimensão activa da cidadania política, perceber de que forma diferentes contextos interagem com as desigualdades. Assim, poder-se-á analisar de que forma os direitos de cidadania política são garantidos, independentemente da classe social. As classes servem enquanto ferramenta analítica para cumprir, de forma parcimoniosa, os objectivos deste trabalho. Além disso, opta-se pela análise de regiões de forma a simplificar a análise, até porque, já se verificou a sua relativa similaridade na análise anterior.

Quadro 4.3.1. Participação e voto na Europa por Classes Sociais (% em linha)

		Participa e vota	Não vota, mas participa	Só Vota	Não participa
Escandinavos * P<0.001; V de Cramer = 0,119	EDL	79,06	7,00	11,58	2,35
	PTE	83,88	10,20	4,88	1,04
	TI	67,52	9,83	17,09	5,56
	EE	65,99	19,15	9,90	4,96
	OI	64,75	19,03	9,81	6,42
		77,1	17,9	2,8	2,2
Centro * P<0.001; V de Cramer = 0,114	EDL	63,56	10,90	19,11	6,43
	PTE	67,57	10,87	15,16	6,40
	TI	48,36	11,80	27,79	12,06
	EE	47,72	15,77	22,82	13,70
	OI	45,19	16,38	22,52	15,91
		64,5	20,6	7,8	7,1
Leste * P<0.001; V de Cramer = 0,151	EDL	50,46	6,63	35,06	7,85
	PTE	50,22	9,46	31,79	8,54
	TI	22,20	6,73	51,54	19,52
	EE	28,63	9,51	40,03	21,84
	OI	26,51	9,57	41,26	22,66
		37,6	12,8	31,7	17,9
Sul * P<0.001; V de Cramer = 0,149	EDL	41,33	2,64	46,94	9,08
	PTE	53,80	6,41	34,60	5,19
	TI	27,68	3,70	59,40	9,22
	EE	32,21	6,04	44,06	17,69
	OI	25,54	5,60	49,98	18,88
		39,8	9,6	37,8	12,8
Portugal * P<0.001; V de Cramer = 0,162	EDL	27,1	8,4	43,8	20,7
	PTE	51,6	6,6	35,3	6,5
	TI	17,2	7,7	51,1	24,0
	EE	20,2	3,9	48,2	27,7
	OI	20,3	3,1	51,6	25,0
		34,7	11,8	34,1	19,4

Fonte: ESS2002

Em todos os grupos, são sempre os PTE, seguidos dos EDL, aqueles que apresentam uma maior percentagem de participação e voto (tirando o leste, em que a ordem se inverte, o que se poderá relacionar com os níveis de escolaridade) e essa diferença é maior nos países do sul. Em todos os grupos são sempre os operários quem não participa ou apenas vota. Os trabalhadores independentes, na sua maioria, surgem sempre como aqueles que apenas votam, o que se pode dever a sua situação de maior isolamento laboral.

Mas uma comparação entre regiões e classes sociais mostra como, apesar das variações e padrões entre classes ser semelhante, a intensidade dos mesmos não o é. Por exemplo, a participação dos operários nórdicos está a um nível semelhante das classes com mais recursos no centro e acima das de sul e do leste da Europa, ou seja, apesar das desigualdades, há uma maior proximidade ao centro nos países escandinavos dos operários devido aos maiores

níveis de participação. As modalidades de participação são, assim, diferentes consoante as regiões e classes sociais, mostrando as formas em que se constitui a distância ao poder.

Em Portugal são os PTE que se destacam face as restantes classes sociais: para isso basta notar a grande distância existente face aos EDL, acentuando um padrão característico nos países do sul, verificando-se também uma maior percentagem de inactivos. Registam-se, assim, indícios de uma dualidade que havia sido já anteriormente registada quanto à escolaridade e que deverá dar lugar a uma reflexão acerca das modalidades de participação que se registam em Portugal e da sua concentração em termos de classe. Esta poderá estar relacionado com que Cabral (2000: 98) identifica quanto à predominância do capital cultural nas actividades cidadãs em Portugal, ou seja, existe uma dependência dos lugares de classe associados aos níveis de escolaridade que acabam por criar um espaço quase exclusivo de actuação dos PTE¹³. Esta questão não deve ser apenas uma entendida como característica do grupo, mas como relacionalmente formada. Descortina-se também uma dualidade no que se refere à cidadania política, com diferentes proximidades ao poder por parte dos cidadãos de diferentes classes sociais e que dão continuidade a estruturas de poder presentes na modernidade portuguesa ainda que actualizadas por um novo contexto social. Martins (2006) chamava à atenção para o facto das universidades serem organizações-chave no recrutamento e reprodução das elites governativas no quadro do Estado-Novo em que a maioria da população se mantinha analfabeta. Em termos meramente configuracionais, apesar do crescimento dos grupos com escolaridade superior as distâncias relativas parecem resistir.

Quadro 4.3.2. Índice de Práticas de Participação por Região e Classes Sociais

	Escandinavos	Centro	Leste	Sul	Portugal
EDL	2,69	2,18	1,37	1,1	,69
PTE	3,18	2,4	1,22	1,66	1,46
TI	1,89	1,52	0,57	0,67	,46
EE	2,28	1,52	0,7	0,93	,56
OI	1,91	1,33	0,63	0,69	,50

Fonte: ESS2002

Nesta sequência, o quadro 4.3.2. tem como objectivo verificar o grau e a intensidade da participação política em cada região. Em termos médios são os PTE que mais participam logo seguidos dos EDL: o volume de recursos têm um impacto importante, mas parecem existir lógicas históricas e institucionais que têm um peso na forma como se constrói a participação. De novo países nórdicos lideram o processo, sendo que os operários nestes países parti-

¹³ Um exemplo dessa actuação por parte dos detentores de capital cultural em Portugal é o uso da Internet como espaço de discussão na esfera pública (ver Carvalho e Casanova, 2010).

cipam, em termos médios, de uma forma mais intensa que as classes com volumes mais elevados de recursos no sul e no leste. Nos países escandinavos e do centro nota-se uma divisão entre as classes com maior volume de recursos globais (EDL e PTE) e as de menores recursos (TI, EE, OI), sendo que esta divisão se acentua nos países de leste e do sul, ainda que no sul e nos escandinavos se possa notar uma maior participação dos empregados executantes.

Verifica-se, assim, um impacto diferenciado das desigualdades de classe ao nível da cidadania política, tanto em termos de modalidade como de intensidade. Como refere Cabral (1997; 2000) apenas através da acção se concretizam os direitos fundamentais de cidadania, sendo que o efeito das desigualdades deturpam a forma como a equidade se distribui. Nos países do norte da Europa o associativismo conjuga-se com os padrões institucionais do modelo nórdico neocorporativo (Burns e Carson, 2003), que enquadram a mobilização de outra forma, ao contrário de países, como no sul, onde essas estruturas não são incorporadas no modelo societal vigente.

A dualidade que se tem vindo a abordar acerca de Portugal é perfeitamente expressa nas médias, em que a distância que separa PTE das restantes classes sociais é maior do que nas outras regiões: expressa-se, novamente, uma diferença entre as classes possuidoras de títulos escolares (PTE) que parece ser uma característica chave para a compreensão dos processos de cidadania no nosso país. A sobreposição entre escolaridade e cidadania política tem causas e efeitos que se podem discutir: por um lado, a incorporação de valores e normas acerca dos processos de cidadania na instituição escolar, por outro, a forma como a cumulatividade de recursos fornece ferramentas para acção que distingue estes agentes da restante população. Em Portugal este factor é particularmente importante face aos baixos níveis educacionais.

Comparou-se até agora, através de vários indicadores a forma como se relacionam classes sociais e cidadania política activa, pelo no próximo ponto se procura desenvolver uma tipologia de cidadãos. Esta ajudará a esclarecer, de uma forma concisa, os padrões até agora identificados ao combinar dimensões activas e latentes, mas também a desenvolver uma perspectiva sobre os processos de integração no centro político na Europa.

4.4. PADRÕES DE CIDADANIA POLÍTICA E CLASSE SOCIAL: DE APOLÍTICO A ACTIVISTA

Desenvolver-se-á neste capítulo uma abordagem à cidadania que envolve as duas dimensões já abordadas: activa e latente. A conjugação destas permite identificar padrões de cidadania de forma não linear e aprofundar a análise de modo a compreender formas distintas de afastamento e proximidade ao poder. Trata-se de uma análise exploratória e complementar à ante-

riormente realizada, que se pretende que seja a base para futuros trabalhos.

Assim, identifica-se, numa primeira fase, as configurações típicas existentes na Europa, para depois procurar a sua relação com as classes sociais e distribuição por país/região. Face ao enquadramento teórico anterior, a tipologia desenvolvida permite verificar com maior exactidão formas distintas de cidadania política, influência societal e distância ao poder, quando desenvolvida de forma relacional, isto é, tendo em consideração as condições sociais de existência no quadro da modernidade. Além disso, a um nível de menor abstracção e uma comparação com outros trabalhos, a construção de uma tipologia permite também aprofundar e criticar visões dicotomizadas de “novos” modelos de participação, como os cidadãos críticos (Norris, 1999) ou pós-materialistas (Inglehart, 1990; 1997), que sem caracterizarem a variedade de cidadania existente se atêm a uma visão deshistorizada da mesma.

Como se referiu anteriormente, o envolvimento (dimensão latente) associa-se a factores e condições exigidas para participar. Para o seu desenvolvimento, a um nível operacional, utilizam-se tipologias já testadas por outros autores e que permitem, de algum modo, cobrir os vários tópicos descritos, nomeadamente as propostas de Dalton (2007) e Inglehart (1997) para os padrões de mobilização e de Martin e van Deth (2007) para o envolvimento político¹⁴.

A mobilização combina identificação partidária e discussão regular de assuntos políticos. Permite compreender diferentes tipos de relação com a política dentro das modalidades definidas pelos autores, sendo que cada tipo pressupõe formas distintas de identificação grupal, mobilização de recursos e sofisticação política e, portanto, de inclusão. Desta surgem 4 tipos: (1) apolíticos – nas margens da política, com uma baixa sofisticação e preocupações políticas, que nem se envolvem em partidos nem a discutem; (2) apoiante¹⁵ – partido como guia na ausência de mobilização cognitiva (medido pela discussão regular), seguindo recorrentemente as suas indicações eleitorais e esclarecimentos na ausência de recursos; (3) apolíticos – politicamente independentes, possuem competências para se orientarem sem indicação partidária, sem que isso exclua um envolvimento desse tipo, com a sua acção a extrapolar essa esfera; (4) mobilização partidária – envolvimento forte com partidos, mantendo independência e sofisticação política.

No que concerne ao envolvimento político, os autores propõem que este corresponde à

¹⁴ Ver quadro 4.4.1 para esclarecer as combinações.

¹⁵ Os dois autores aqui referidos usam diferentes designações para este tipo. Dalton refere-se a este como “ritual partisan” e Inglehart “elite directed partisan”. Na designação em português preferiu-se o termo apoiante que apesar de tudo implica uma ligação, sem contudo designar um vínculo.

forma como os cidadãos se ligam à comunidade política. Pode ser medido por 3 variáveis: importância e interesse na política e exposição a informação política nos *media*. Na sua proposta combinam importância e interesse numa tipologia, com as seguintes características¹⁶: (1) decisionista – baseado numa autoridade forte, com a esfera da decisão a ser reservada às elites; (2) unitário – baseado na ideia de um interesse comum da comunidade política, em que os cidadãos estão envolvidos sem participarem; (3) liberal-representativo – acentua-se o modelo das elites e o carácter não político dos cidadãos como no decisionista, em que os cidadãos têm o papel de contrabalançar o poder das elites, por exemplo, em associações enquanto actores intermédios; (4) participativo – enfatiza-se a importância da participação extra-eleitoral e dos cidadãos enquanto actores influentes dos processos de decisão.

Quanto aos meios de comunicação revelam-se essenciais como elemento de discussão, informação e conhecimento das matérias políticas e, portanto, enquanto espaço de confrontação de diferentes actores e ideais políticos, importantes na constituição de uma sociedade aberta e democrática (Wolton, 1999). Assim, a informação é um aspecto essencial na dimensão latente da cidadania, pois dá também conta da sofisticação da mesma tornando-se um indicador complementar à discussão, por exemplo.

Quanto à dimensão activa combinou-se as duas variáveis até agora analisadas, conjugando as modalidades com a intensidade da participação. De forma a categorizar as práticas de participação enquanto acção política utilizou-se o mesmo procedimento de segmentação de Nunes e Carmo (2010) para operacionalizar a acção colectiva, sendo que, ainda assim, se separou aqueles que só votavam.

A estratégia passa por utilizar um conjunto de tipologias, descritas no quadro 4.4.1. e acima resumidas, numa análise de categorias multivariada (Carvalho, 2004), pois estas não se distribuem de forma meramente dicotómica ao longo dos eixos e garantem um aprofundamento analítico¹⁷. Tendo em conta estas dimensões e a sua operacionalização, por via de tipologias, pretende-se encontrar padrões aproximados de cidadania política.

¹⁶ Os autores remetem cada tipo para formas específicas de teorias da democracia, como por exemplo as expostas por Held (2006).

¹⁷ A variável discussão de assuntos políticos foi dicotomizada, sendo a discussão regular correspondente a uma prática de pelo menos mais do que uma vez por mês. O interesse por política trata-se de todos os que responderam “muito” e “algum”, enquanto que o seu contrário corresponde a “pouco” e “nenhum”. Quanto a importância da política na vida pessoal, cuja escala é de 11 pontos, a divisão faz-se entre 0 a 5 (pouca) e 6 a 10 (muita).

Quadro 4.4.1. Dimensões, operacionalização e distribuição das variáveis de cidadania

Dimensões	Componentes	Variáveis	Categorias	%
Activa	Acção política	Variáveis de participação	Inactivo	13,2
			Só Vota	25,7
			1-2	36,5
			3-4	16,1
			5-12	8,5
Latente	Envolvimento Político	Interesse e Importância da política na vida pessoal	Participativo [Interesse e Importância]	24,7
			Liberal-representativo [Interesse]	23
			Unitário [Importância]	6,9
			Decisionista [Nenhum]	45,5
	Mobilização	Simpatia partidária e Discussão regular de política	Mobilização partidária [Simpatia e discussão]	36,6
			Apartidários [Discussão]	24,6
			Apoiantes [Simpatia]	15,4
			Apolíticos [Nenhum]	23,4
	Exposição aos media políticos	Televisão, Jornais e Rádio	<1 hora	25,2
			1-2	37,5
			> 2 horas	36,8

Uma abordagem à figura 4.4.1. permite um primeiro mapeamento dos padrões em causa, nomeadamente das proximidades entre categorias¹⁸. Afiguram-se de imediato dois padrões claros e distantes entre si no que se refere à cidadania. Note-se, assim, uma primeira contiguidade entre inactivos, apolíticos, decisionistas e baixo consumo de informação em que o afastamento da política por via do envolvimento se reproduz também na inacção; uma segunda associação tem em consideração a mobilização partidária, um modelo participativo, consumo de informação e acção política intensos. Entre estes apesar de não serem tão claros, devido às proximidades entre si, pode-se, ainda assim, fazer uma interpretação mais fina das mesmas. Deste modo, é relevante que o voto surja tão perto dos unitários e dos apoiantes, ainda que estatisticamente não seja dominante como se pode verificar¹⁹, aproximando-se de uma forma de envolvimento passiva que se traduz no voto. Outro padrão está patente na associação entre liberais-representativos, apartidários e acção política activa.

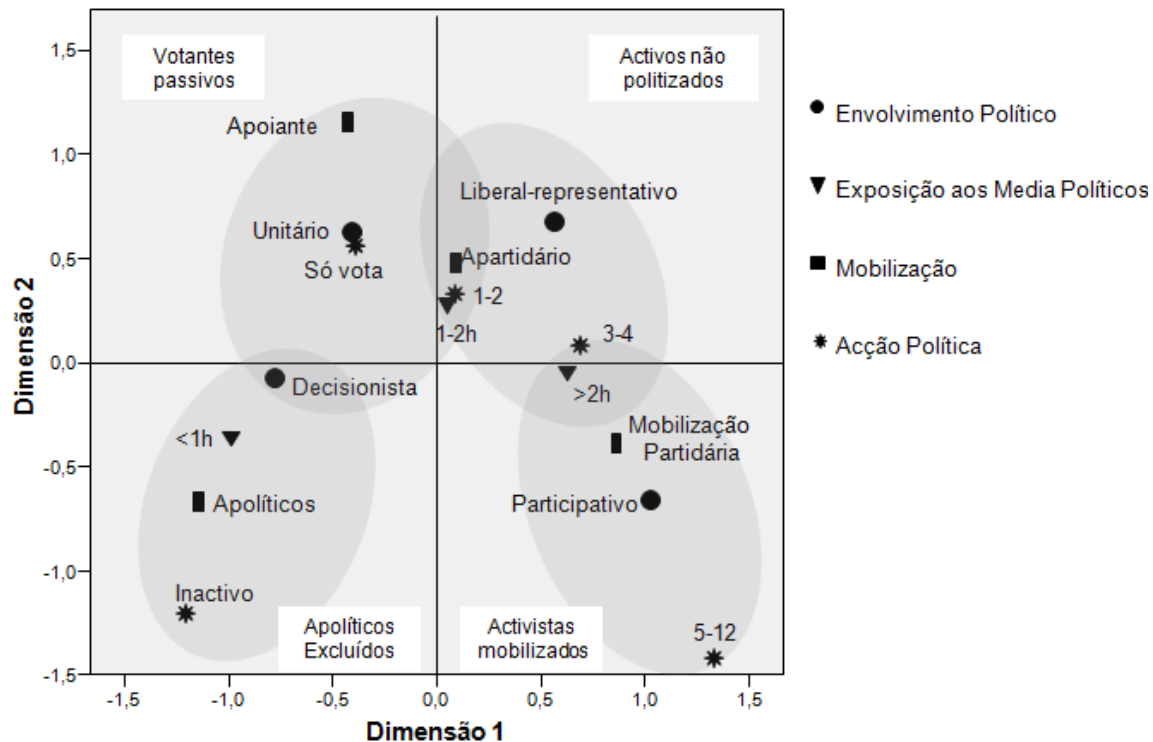
Em termos topológicos confirma-se, em grande medida, os modelos atrás expostos pelas relações que se estabelecem entre as várias categorias, pois cobrem características que estavam subjacentes nas tipologias. Isto é há proximidades entre as categorias tal como indi-

¹⁸ A análise de correspondência múltiplas foi aplicada com um total de 4 variáveis que resultaram em duas dimensões distintas. A primeira com um eigenvalue de 2,056 e a segunda com 1,196, num total de 3,252. De seguida, através de um K-means Cluster, foi possível construir os grupos aqui referidos de modo a prosseguir a análise.

¹⁹ Ver anexo.

cado teoricamente.

Figura 4.4.1. Espaço da Cidadania Política



Nesta primeira discussão emergem duas dimensões chave que podem ser decompostas e que estão em linha com a linha teórica realizada. Se o activismo se subdivide em diferentes formas de actividade e inactividade, o envolvimento distribuí-se num *continuum* entre não politização e politização. De um modo geral, emergem quatro configurações distintas que permitem abstrair diferentes formas de cidadania, com as seguintes características:

- (1) Inactivos e não envolvidos: grupo de cidadãos que dedica pouco tempo à informação e não participa politicamente. Entrega de forma apática as decisões nas mãos dos representantes, a que se junta um padrão de não identificação partidária, como ausência de envolvimento ideológico e de não discussão da política (não mobilizados). Assim, a um padrão de inactividade política adiciona-se a desafeição e a exclusão no envolvimento. Em suma, trata-se da inacção política, associada à exclusão e auto-exclusão social com práticas de informação baixas, apoliticismo e preferência por um modelo decisionista no qual se delega as decisões políticas.
- (2) Votantes com envolvimento politizado passivo: apenas votam e envolvem-se politicamente através da simpatia partidária e do acesso à informação, atribuindo importância à política, mas sem a discutirem ou se interessarem. Parecem antes seguir as indicações dos seus líderes políticos. Trata-se do modelo de passividade em que, apesar da acção via

voto, se segue as opções políticas delineadas pelas elites políticas;

- (3) Activos com envolvimento não politizado: a sua participação (1-4 práticas) é enquadrada por uma mobilização não partidarizada, mas com manifesto interesse na política e consumo de informação consistente. O objectivo da sua acção política passa por influenciar os representantes políticos, mais do que tomar parte activa nos processos de decisão. O seu carácter não político e pluralista assenta na importância do não político, ou sociedade civil, como influencia sobre os decisores.
- (4) Activos e envolvimento politizado: participam de uma forma activa (5-12) e acumulam vários factores de envolvimento que enquadram a sua acção: expõem-se às fontes de informação de forma intensa, assim como a política e a participação são um eixo fundamental da sua actuação. Este é o modelo da participação e actividade, isto é, o contributo destes cidadãos vai para além do voto, ao agirem recorrentemente para além das eleições e ao tomarem parte nos processos políticos.

Numa perspectiva não linear, há que ter em conta como os diferentes tipos de actividade e como estes correspondem a modos diferenciados de relação com a esfera política face ao quadro teórico desenhado, combinando de forma coerente activismo e envolvimento. O quadro 3 (em anexo) ajuda a esclarecer as particularidades de cada tipo aqui definido, ainda que subsista alguma opacidade acerca da forma como se diferenciam os tipos intermédios. Julga-se, assim, conseguir uma melhor imagem daquilo que são as formas de cidadania habituais na figura 4.4.1.. As quatro configurações-tipológicas são relacionalmente distintas, podendo-se classificar, respectivamente, como: os apolíticos excluídos, os votantes passivos, activos não politizados e, por fim, os activos mobilizados. Estão aqui em causa, de facto, também as diferentes competências políticas e a forma como estas encerram possibilidades de uma divisão do trabalho político, em que se entrecruzam e sobrepõem campos e formas de poder distintos (económico, cultural e político) e se distribuem no âmbito do espaço social, com formas e lógicas de independência e interpenetração (Bourdieu, 1989).

Quadro 4.4.2. Tipologia de Cidadania Política

		Envolvimento	
		Não politizados	Politizados
Activismo	Activos	Activos não politizados	Activistas mobilizados
	Inactivos	Apolíticos excluídos	Votantes passivos

Tendo em conta esse tópico verifique-se agora a distribuição consoante regiões e classes sociais. Note-se que o volume total de capitais tem um efeito positivo na forma como se

participa, em qualquer região da Europa, sendo que se os OI, EE e TI são aqueles que apresentam maior nível de exclusão ou passividade, os PTE e EDL apresentam percentagens mais elevadas de actividade. A diferença passa, sobretudo, entre o nível de excluídos e de politizados, apesar de maior ou com menor peso.

Quadro 4.4.3. Classes Sociais e Cidadania Política na Europa (%)

		Apolíticos Excluídos	Votantes Passivos	Activos Não Politizados	Activistas mobilizados
Escandinavos * P<0.001; V de Cramer = 0,141	EDL	1,91	17,92	35,49	44,68
	PTE	1,93	18,52	33,03	46,52
	TI	5,53	28,51	40,00	25,96
	EE	7,18	29,47	36,14	27,21
	OI	8,56	27,88	40,65	22,92
			6,10	24,51	36,01
Centro * P<0.001; V de Cramer = 0,146	EDL	5,36	18,64	34,83	41,17
	PTE	6,50	19,51	33,22	40,78
	TI	13,23	29,11	33,05	24,61
	EE	16,07	28,77	33,33	21,83
	OI	17,49	30,65	31,68	20,18
			13,61	25,44	32,42
Leste * P<0.001; V de Cramer = 0,150	EDL	7,41	22,50	40,57	29,52
	PTE	9,11	26,88	44,19	19,82
	TI	21,28	34,66	32,52	11,54
	EE	23,78	33,70	32,72	9,80
	OI	22,00	34,91	31,76	11,34
			21,70	30,95	33,40
Sul * P<0.001; V de Cramer = 0,142	EDL	8,82	33,71	31,45	26,01
	PTE	8,06	25,65	35,66	30,63
	TI	17,98	38,52	28,91	14,59
	EE	22,40	34,53	27,11	15,95
	OI	22,88	40,59	25,53	11,00
			21,51	35,11	27,19
Portugal * P<0.001; V de Cramer = 0,153	EDL	7,71	36,25	37,98	18,05
	PTE	6,37	21,66	43,72	28,25
	TI	24,45	44,49	20,39	10,66
	EE	22,47	31,56	29,07	16,89
	OI	20,92	40,30	27,83	10,95
			19,80	35,00	29,90

Fonte: ESS2002

Reproduz-se, assim, um padrão por todas as regiões mas com diferentes impactos, o que poderá ser importante numa análise dos sistemas representativos e da abertura e oportunidades de participação que possibilitam os cidadãos. A forma como as desigualdades actuam na reprodução e manutenção destes padrões políticos deve, portanto, ser alvo de análise, pois é um indicador de como se verificam os processos indicados na primeira fase deste trabalho. Nos países escandinavos, do centro e do leste são os não politizados os que têm maior peso. Porém, nos países de leste, ao contrário dos outros dois blocos, este resultado não é acompa-

nhado de altos níveis de politização, mas antes de exclusão e passividade, isto é, apesar das semelhanças este bloco assenta na politização e na passividade. No sul domina o modelo da passividade e de não politização. Entre Sul e o Leste, a principal diferença prende-se com o número de passivos e não politizados. Portugal tem valores semelhantes aos apresentados pelo Sul.

Quanto aos padrões dos países nórdicos e do centro, ainda que com diferentes percentagens, os PTE e EDL tendem a uma maior politização, enquanto as restantes classes se centram na não politização. Já no leste e no sul da Europa há uma maior concentração nas actividades não politizadas por parte das classes com maiores recursos e nas passivas ou da exclusão por parte daqueles que têm menos recursos. Contudo, verificam-se diferenças entre estes dois blocos: (1) entre TI, EE e OI o padrão é semelhante apesar de diferenças mínimas em alguns valores, nomeadamente a aparente maior passividade dos operários no sul; (2) é, sobretudo, entre os PTE e EDL que as diferenças sobressaem, com os EDL a terem um papel mais activo no leste e os PTE no sul da Europa. No sul os EDL tem um perfil de maior passividade enquanto os PTE registam maior níveis de activismo que os EDL; já no leste, são os EDL com maiores níveis de politização, o que se poderá dever, ainda que as diferenças não sejam significativas.

Apesar do padrão global de Portugal se encontrar próximo do Sul da Europa, quando se analisa a distribuição por classes sociais destacam-se diferenças importantes. O grau de politização dos PTE é semelhante aos restantes países do sul da Europa, porém a distância entre estes e EDL é maior do que dentro do bloco, assim como os níveis de activos não politizados é superior. No entanto, os EDL estão presentes entre os activos não politizados e os passivos. Nas classes de menores recursos é, sobretudo, entre os TI que se acentua um maior nível de exclusão, o que se deverá aos seus baixos níveis qualificacionais, bem como ao isolamento laboral em que se encontram.

Concluindo, neste capítulo foi possível, através de diversas tipologias de actividade e envolvimento, fazer uma aproximação a formas específicas de cidadania política, que importa desenvolver em trabalhos futuros. Com este quadro é possível entender as relações entre lugares de classes e a constituição das suas propriedades de agentes em contextos particulares, em particular as formas de influência que cada uma mobiliza na sua acção política. Importa, portanto, discutir de forma aprofundada com base na literatura a constante reprodução deste padrão em Portugal face ao resto da Europa, enquadrando-a na discussão primeiramente elaborada no capítulo teórico.

5. CONCLUSÃO: PORTUGAL NO ESPAÇO EUROPEU - CLASSES E CIDADANIA NUM CONTEXTO DE DISTÂNCIA AO PODER

Este trabalho construiu-se com base no pressuposto de que através da interacção entre classes sociais e cidadania política é possível perceber, de forma comparada, os diferentes níveis de integração e distância ao poder nos estados-nação no âmbito da Modernidade em particular aferir qual o posicionamento particular de Portugal face à Europa. A partir de uma análise crítica dos dados anteriormente expostos, julga-se proveitoso explorar alguns mecanismos sociais e históricos envolvidos nos padrões encontrados.

O quadro teórico, na égide da proposta de Mouzelis, aponta para uma definição estrutural de modernidade em que as classes sociais e a cidadania são elementos essenciais na centralização do poder do estado. Com base na tríade de direitos de cidadania (civis, políticos e sociais) a proposta foi no sentido de verificar diferentes formas de integração (autónoma ou heterónima) e de distância ao poder consoante as formas e tipos de cidadania política, pelas suas especificidades. Ainda que se pressuponha existirem direitos sociais e civis semelhantes na Europa democrática, estes apenas são plenamente concretizáveis e adquiridos se os indivíduos se tornarem parte nos processos políticos e sociais. As desigualdades sociais têm, então, importância na percepção de diferentes formas de poder e influência política.

Através dos dados do *European Social Survey* (2002) foi possível realizar dois tipos de análises dos diferentes blocos de países na Europa: 1) mapeamento da relação entre classes sociais e cidadania política; 2) construção de uma tipologia de cidadãos que combinou dimensões activas e latentes. A primeira resulta num mapeamento que a segunda aprofunda e a que dá sentido. Tem-se, assim, uma perspectiva clara da relação entre classes sociais e cidadania política na Europa. Em termos gerais, há um efeito da intensidade que se repercute pelas classes sociais e que poderia ser encarado como um efeito societal, não deixando o efeito de classe de ter impacto nas diferenças encontradas entre grupos sociais.

Uma divisão fundamental emergiu entre países do sul e do leste em relação aos do norte e do centro da Europa e que manifesta, de alguma forma, a importância da longevidade das instituições e dos processos políticos, que têm impacto na forma como se constrói esta relação e nas diferentes capacidades de intervenção dos cidadãos face ao estado. A este factor junta-se também o peso das desigualdades e da capacidade do Estado em garantir equidade social no acesso a, por exemplo, educação e qualificações (ver por exemplo: Carmo, 2010), isto porque a capacidade para manter a equidade social é, também, diferenciada: é, portanto, indicativo da distribuição de direitos sociais e cívicos.

Nos países escandinavos, apesar das diferenças existentes, a integração das classes com menores recursos não é problemática, pois, em termos comparados, situam-se acima das classes com maiores recursos das restantes zonas, e, por vezes, até dos países do centro. Nos países do centro, apesar de algumas diferenças, o padrão é semelhante. A vitalidade deste grupo de países assenta, assim, também na forma como os cidadãos actuam. Poder-se-ia, por hipótese, falar num ciclo virtuoso em que a garantia de equidade social se retraduz, a longo prazo, em contextos de maior participação política e envolvimento: está em causa a interacção entre direitos sociais e políticos na construção das instituições.

O leste e sul europeu encontram-se numa situação análoga entre si, o que pode dever-se, em parte, à juventude dos seus sistemas democráticos e à pouca maturidade dos mesmos, que continua a reproduzir estruturas sociais fechadas e centralizadoras de poder, mas com uma distribuição diferente pelas classes, isto é, os países do leste a terem um peso mais importante dos EDL e no sul dos PTE. Ainda assim, como se pode perspectivar, quando analisados os padrões de cidadania política, em Portugal, apesar do padrão global ser idêntico aos do conjunto dos países do sul, quando se analisa por classes sociais sobressai uma dualidade entre os detentores de títulos escolares mais elevados e as restantes classes sociais: há um acentuar das propriedades verificadas no sul da Europa, em que a baixos níveis de escolaridade se juntam níveis altos de distância ao poder.

Tendo em conta os pressupostos teóricos que guiam este trabalho, em que a cidadania política é um indicador fundamental da concretização das formas de integração social, poder-se-ia defender que cada grupo de países detém diferentes modelos num *continuum* entre heteronomia e autonomia (e portanto de distância ao poder), isto é, entre uma inclusão deficiente ou não total dos direitos de cidadania, nas suas diferentes vertentes, e a total inclusão. Os países nórdicos são, porventura, aqueles que melhor cumprem a integração dos cidadãos no centro político, ao contrário dos países do sul da Europa, em que são os detentores de capital cultural aqueles que dominam os processos de cidadania política. Na análise aqui efectuada, há que perspectivar o potencial de acção que diferentes grupos adquirem consoante os diferentes recursos possuídos. A forma como a cidadania política se constrói é um indicador de como o poder e a distância ao mesmo se distribui consoante a posição social, ou seja, qual a capacidade, ou não, de influenciar e fiscalizar o desenrolar de decisões dos representantes.

Tem-se, assim, diferentes modelos de sociedade civil que importa explorar as raízes históricas dos mesmos. Atenha-se a Portugal e às suas condições estruturais e históricas.

Note-se, por exemplo, o que escreve Bebiano quando analisa os combates políticos da

década de 60 na universidade de Coimbra: “enquanto parte de uma elite, na qual, depois de concluídos os estudos, se deveria manter, o universitário desempenhou sempre, nos actos de reivindicação ou de insubordinação, mas também nos silêncios e na aceitação da ordem dos poderes, uma importante função de «barómetro social»” (Bebiano, 2007: 71). Assim, face às dualidades verificadas a capacidade deste grupo liderar processos de participação enforma a sua capacidade enquanto agentes, em que as qualificações escolares são determinantes na constituição da cidadania em Portugal. Apesar deste grupo apresentar alguma tendência para a abertura via mobilidade social, parece continuar a manter características de um grupo fechado. Ainda assim, os PTE podem também ser um elemento de mudança social, com a emergência de novos valores, movimentos e formas de intervenção.

Este trabalho permite situar Portugal face à Europa. Emerge aqui também uma dualidade que surge noutros trabalhos e que parece advir de processos gerais de mudança do país que tendem a gerar dinâmicas contraditórias (Martins, 2006; Machado e Costa, 1998): se há grupos que acompanham as dinâmicas de globalização e da sociedade do conhecimento, outros há que continuam estanques face aos processos de mudanças e a reproduzir padrões antigos de dominação. No que à cidadania se refere, há que ter em atenção que esta dualidade se sobrepõe e é causada por outras de raiz económica e cultural, com impactos negativos na legitimidade dos governantes: gera-se, assim, um fosso na intervenção de processos gerais de relação com o estado e os governantes. A distância ao poder na maioria dos grupos prevalece, mantendo os grupos de menores recursos na periferia da influência, o que poderá gerar os processos de desafeição identificados por Magalhães (2005).

Assim, as classes sociais ainda contam? A relação afigura-se mais complexa do que pensada inicialmente, pois os posicionamentos sociais são-no sempre em contextos particulares e, portanto, apenas em parte a pergunta pode ser respondida. Para uma total identificação e explicitação dos processos, em trabalhos futuros a análise das classes sociais deveria incorporar uma perspectiva e contextualização histórica e institucional que permita identificar o complexo de relações sociais e a formação de grupos e o seu respectivo poder no âmbito das discussões sociológicas da modernidade e da sociologia histórica, tendo em consideração os processos de *path dependence*. Note-se, assim, que apesar das desigualdades prevalecerem em todos os países, na verdade existem diferentes capacidades de acomodar as mesmas, isto é, há diferentes graus de integração social, que se devem às diferentes configurações que as instituições tomam ao longo de processos históricos. A análise aqui realizada permitiu explorar e mapear a sua distribuição, resta, porém, esclarecer de forma coesa os processos e mecanismos

que a isso levaram, ainda que se tenham apontado alguns.

Porém, em todos os países são os grupos com maiores recursos que participam de forma mais intensa, o que deriva dos níveis de capital cultural e económico, e consequente compreensão dos símbolos complexos que se associam à cidadania e maior capacidade de intervenção (e logo mais poder). Deve-se ainda considerar que a escola é um meio de inculcação e partilha de valores correspondentes à coesão e integração social que os leva a uma noção geral de bem e identidade comum em torno de um estado-nação.

Julga-se ter contribuído para um entendimento mais lato da relação entre classes sociais e cidadania, através do mapeamento do mesmo na Europa e de uma perspectiva aprofundada sobre Portugal, através dessa comparação. Junta-se a tipologia construída que, apesar das suas limitações, possibilita a identificação de padrões específicos de cidadania política da exclusão ao activismo. Contudo, este é também um trabalho limitado, uma vez que a análise apenas circunscreve e mapeia os grandes traços que distinguem e caracterizam a relação no quadro da modernidade. Seriam necessários trabalhos complementares de âmbito histórico ou que se baseiem em pesquisa qualitativa e quantitativa e que permitam actualizar o conhecimento sobre este tema, mas também de grupos específicos de cidadãos e das suas acções, entre as quais, por exemplo, o uso da internet (Carvalho e Casanova, 2010). Não deixam de ser importantes, no contexto actual, o conjunto de movimentos que têm emergido (Freixa, Pereira e Juris, 2009), que face ao trabalho aqui desenvolvido que se centra num tipo de acção de carácter corrente e em contextos relativamente estáveis. Por outro lado, a tipologia aqui apresentada poderia ainda ser extensivamente caracterizada no que concerne às suas características sociodemográficas (sexo, idade), o que permitiria expandir a análise para lá das classes sociais, assim como adicionar novas dimensões como a ineficácia e confiança política.

A tipologia aqui exposta, apesar de alguma abstracção, permitiu esboçar ideias para trabalhos futuros que possam incluir outras variáveis e dimensões de análise em trabalhos desenvolvidos de raiz e não com base em dados secundários. Além disso, junta-se também a possibilidade de estudar as raízes históricas deste tipo de modernidade.

Espera-se com este trabalho ter contribuído para um melhor entendimento da Modernidade no quadro da cidadania política, bem como revitalizar o interesse pelas classes sociais.

BIBLIOGRAFIA

- Atkinson, Will (2007), "Beck, individualization and the death of class: a critique", *The British Journal of Sociology*, 58 (3), pp.349-366.
- Atkinson, Will (2009), "Rethinking the work class nexus: theoretical foundations for recent trends", *Sociology*, 43 (V), pp. 896-912.
- Atkinson, Will (2010a), "Introduction: from affluence to reflexivity" in *Class, Individualization and Late Modernity: in search of the reflexive worker*", Hampshire, Palgrave Macmillan, pp. 1-14.
- Atkinson, Will (2010b), "Same Formula, Different Figures: Change and Persistence in Class Inequalities", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 63, pp. 11-24.
- Baert, Patrick e Filipe Carreira da Silva (2010), *Social Theory in the Twentieth Century and Beyond*, Cambridge, Polity.
- Beck, Ulrich (2000), "A Reinvenção da Política. Rumo a uma teoria da modernização reflexiva" em *Modernização Reflexiva. Política, Tradição e Estética no Mundo Moderno*, Oeiras, Celta, pp.11-51.
- Beck, Ulrich (2007), "Beyond class and nation: reframing social inequalities in a globalizing world", *The British Journal of Sociology*, 58(4), pp. 679-705.
- Berthelot, Jean-Michel (2000), "Os novos desafios epistemológicos da sociologia", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 33, pp.111-131.
- Bourdieu, Pierre (1984), *Distinction: A Social Critique of the Judgement of Taste*, Cambridge, Harvard University Press.
- Bourdieu, Pierre (1989), *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel.
- Bourdieu, Pierre. (1997). *Razões práticas: sobre a teoria da acção*. Oeiras, Celta.
- Brante, Thomas (2001), "Consequências do realismo na construção de teorias sociológicas", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 36, pp.9-38
- Burns Tom R. and Marcus Carson (2003), "Configurações de governança pluralistas, neocorporativas e da União Europeia: padrões de elaboração de políticas e de acção dos lóbis numa perspectiva comparada", *Sociologia Problemas e Práticas*, nº43.
- Cabral, Manuel Villaverde (1997), *Cidadania política e equidade social em Portugal*, Oeiras, Celta.
- Cabral, Manuel Villaverde (2000), "O exercício da cidadania política em Portugal", *Análise Social*, 35 (154/155), pp. 85-113.
- Cainzos, Miguel e Carmen Voces (2010), "Class Inequalities in Political Participation and the 'death of class' debate", *International Sociology*, 25, pp. 383-417.
- Carmo, Renato Miguel do (org.) (2010), *Desigualdades Sociais 2010. Estudos e Indicadores*, Lisboa, Editora Mundos Sociais.
- Carvalho, Helena, (2004), *Análise Multivariada de Dados Qualitativos. Utilizações da HOMALS com o SPSS*, Lisboa, Edições Sílabo.
- Carvalho, Tiago e José Luís Casanova (2010), "Esfera pública, democracia e internet: os bloggers em Portugal", *Observatorio (OBS*) Journal*, 4(2), pp. 91-118.
- Casanova, José Luís (2004), *Naturezas Sociais: Diversidade e Orientações Sociais na Sociedade Portuguesa*, Oeiras, Celta.
- Chauvel, Louis (2006), "Are social classes really dead? A French paradox in class dynamics" em Göran Therborn (ed.), *Inequalities of the World. New Theoretical Frameworks, Multiple Empirical Approaches*, Londres, Verso, pp. 295-317.

- Clark, Terry e Lipset, Seymour M. (2001), "Are social classes dying?" em Terry N. Clark e Seymour M. Lipset, *The Breakdown of class politics: a debate in post-industrial stratification*, Washington: Woodrow Wilson Center Press e The Johns Hopkins University Press, pp.39-54.
- Costa, António Firmino da (1999), *Sociedade de Bairro. Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Oeiras, Celta.
- Costa, António Firmino da e Fernando Luís Machado (1998), "Processos de uma modernidade inacabada: mudanças estruturais e mobilidade social", em José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta, pp. 17-44.
- Costa, António Firmino da, Fernando Luís Machado and João Ferreira de Almeida (2009), "Social classes and educational assets: a transnational analysis" em António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado and Patrícia Ávila (orgs.), *Knowledge and Society*, (Portugal in the European Context, vol. II), Lisboa, Celta, pp. 5-20
- Costa, António Firmino da, Rosário Mauritti, Susana da C. Martins, Fernando L. Machado e João Ferreira de Almeida (2000), "Classes sociais na Europa", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 34.
- Crompton, Rosemary (2008), *Class and Stratification* (3ª), Cambridge, Polity Press.
- Curtice, John (2007), "Comparative Opinion Surveys" em *Oxford Handbook of Political Behavior*, Oxford, Oxford University Press.
- Dalton, Russel J. (2007), "Partisan Mobilization, Cognitive Mobilization, and the Changing American Electorate", *Electoral Studies*, 26 (2), pp.274-286. Retirado de: <http://www.oru.se/PageFiles/14371/Ekman%20and%20Amn%C3%A5%202009-1.pdf>.
- Estanque, Elísio e Rui Bebiano (2007), *Do activismo à indiferença. Movimentos estudantis em Coimbra*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Ekman, Joakim e Erik Amnå (2009), "Political Participation and Civic Engagement: towards a new Typology", *Youth & Society (YeS)*, Working Paper (2),
- Freire, André (2006), *Esquerda e Direita na Política Europeia. Portugal, Espanha e Grécia em Perspectiva Comparada*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Freire, André e Pedro Magalhães (2002), *A Abstenção Eleitoral em Portugal*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Freixa, Carles, Inês Pereira e Jeffrey S. Juris (2009), "Global citizenship and the 'New, New' social movements", *Young*, 17(4), pp. 421-442.
- Giddens, Anthony (1994), "Emergência da Política da Vida" em *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta.
- Goldthorpe, John H. (2002), "Globalization and Social Class", *West European Politics*, 25 (3), pp. 1-28.
- Held, David (2006), *Models of democracy*, Cambridge, Polity.
- Hout, Mike, Brooks, Clem e Manza, Jeff (1993/2001), "The Persistence of Classes in Post-Industrial Societies" em *The Breakdown of class politics: a debate in post-industrial stratification*, Washington: Woodrow Wilson Center Press : The Johns Hopkins University Press, pp.55-76
- Inglehart, Ronald (1990), *Culture Shift in Advanced Industrial Society*, Princeton, Princeton University Press.
- Inglehart, Ronald (1997), *Modernization and Post-Modernization*, Princeton: Princeton University Press.
- Kittilson, Miki Caul (2007), "Research Resources in Comparative Political Behavior" em *Oxford Handbook of Political Behavior*, Oxford, Oxford University Press, pp.865-894.

- Knutsen, Oddbjorn (2007), "The decline of social class?" em Dalton, Russel J. e Hans-Dieter Klingemann, *The Oxford Handbook of Political Behavior*, Oxford, Oxford University Press, pp.457-480.
- Magalhães, Pedro (2005), "Disaffected Democrats: Political Attitudes and Political Action in Portugal", *West European Politics*, 28(5) pp. 973-991.
- Mann, Michael (1993), *The sources of social power*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Marshall, T.H., (1950), "Citizenship and Social Class" em Shafir Gershon (1998), *The Citizenship Debates*, Minneapolis, University of Minnesota Press.
- Martín, Irene e Jan W. van Deth (2007), "Political Involvement" em Jan W. van Deth, José Ramon Montero e Anders Westholm, *Citizenship and Involvement in European Democracies: A Comparative Analysis*, Abingdon, Routledge, pp. 303-333.
- Martins, Hermínio (2006), *Classes, Status e Poder*, Lisboa, ICS.
- Mouzelis, Nicos e George Pagoulatos (2002), "Civil Society and Citizenship in Post-War Greece" Retirado de: http://cde.usal.es/master_bibliografia/practicas/sistemas_comparados/grecia.pdf.
- Mouzelis, Nicos (1995), "Modernity, Late Development and Civil Society" em John Hall (ed.), *Civil Society. Theory, History, Comparison*, Polity Press.
- Mouzelis, Nicos (2008), *Modern and Postmodern Social Theorizing. Bridging the Divide*, Cambridge University Press, Cambridge.
- Norris, Pippa (org.) (1999), *Critical citizens: Global Support for Democratic Governance*, Nova Iorque, Oxford University Press.
- Pakulski, Jan, e Malcolm Waters (1996), *The Death of Class*, Londres, Sage.
- Ragin, Charles C. (1994), *Constructing Social Research: The Unity and Diversity of Method*, Thousand oaks, Pine Forge Press.
- Silva, Manuel Carlos (2009), *Classes Sociais. Condição Objectiva, Identidade e Acção Colectiva*, Ribeirão, Húmus.
- Teorell, Jan, Mariano Torcall e José Ramón Montero (2007), "Political Participation: mapping the terrain" em Jan W. van Deth, José Ramon Montero e Anders Westholm, *Citizenship and Involvement in European Democracies: A Comparative Analysis*, Abingdon, Routledge, pp. 334-357.
- Tilly, Charles (1984), *Big Structures, Large Processes, Huge Comparisons*, s/l, Russell Sage Foundation.
- Tilly, Charles (2008), *Explaining Social Processes*, s/l, Paradigm.
- Turner, Bryan (1997), "Citizenship Studies: a general theory", *Citizenship Studies*, 1(1), Routledge, Londres, pp.5-18.
- Viegas, José Manuel Leite e Sérgio Faria (2007), "Participação política: o caso português numa perspectiva comparativa europeia", em José Manuel Leite Viegas, Helena Carreiras e Andrés Malamud (orgs.), *Portugal no Contexto Europeu. Vol. I: Instituições e Política*, Lisboa, Celta, pp.59-76.
- Wagner, Anne-Catherine (2007), *Les Classes Sociales dans la Mondialisation*, Paris, La Découverte.
- Wolton, Dominique. (1999), *Internet et après? Une Théorie Critique des Nouveaux Médias*, s/l, Flammarion.

ANEXOS

Matriz de Classificação dos Lugares de Classe Individuais – Indicador Socioprofissional de classe (Costa, 1999)

Grupos Profissionais (CNP-94)	Situação na Profissão		
	Patrões	Trabalhadores por conta própria e Trabalhadores Familiares	Trabalhadores por conta de Outrem
GP1 - Quadros superiores da administração pública, dirigentes e Quadros superiores de empresa	EDL	EDL	EDL
GP2 - Especialistas das profissões intelectuais e científicas	EDL	EDL	PTE
GP3 - Técnicos e profissionais de nível intermédio	EDL	EDL	PTE
GP4 Pessoal administrativo e similares	EDL	TI	EE
GP5 - Pessoal dos serviços e vendedores	EDL	TI	EE
GP6 - Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	EDL	AI	AA
GP7 - Operários, artífices e trabalhadores similares	EDL	TI	OI
GP8 - Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	EDL	TI	OI
GP9.1 - Trabalhadores não qualificados dos serviços e comércio	EDL	TI	EE
GP9.2 - Trabalhadores não qualificados da agricultura e pescas	EDL	AI	AA
GP9.3 - Trabalhadores não qualificados das minas, da construção civil e obras públicas, da indústria transformadora e dos transportes	EDL	TI	OI

Legenda

Indicador socioprofissional

EDL - Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais;

PTE - Profissionais Técnicos e de Enquadramento;

TI - Trabalhadores Independentes;

AI - Agricultores Independentes;

EE - Empregados Executantes;

OI - Operários Industriais;

AA - Assalariados Agrícolas.

Quadro 1. Classes Sociais em Portugal: estrutura e média de anos de escolaridade (2008)

	Média anos de escolaridade	%
ED	9.11	6,1
PL	12.74	0,9
PTE	15.02	13,6
TI	6.01	9,4
EE	7.57	36,2
OI	5.53	33,9

Fonte: ESS2008

Quadro 2. Participação na em Portugal (2002, 2008) (% respostas afirmativas)

		2002	2008
Eleitoral	Votar	69	65,5
Mobilização	Protestos ilegais	0,3	-
	Emblema auto-colante	6,5	2,7
	Manifestação	4,3	3,7
	Petições	7,3	4,9
	Contacto	12,3	6,7
	Boicotar produtos	3,4	3,2
Associativa	Comprou produtos	6,9	
	Trabalhar numa organização ou associação de outro tipo	4,2	2,7
	Trabalhou para um partido político, movimento cívico	4,2	1,3
	Membro sindicato/associação profissional	7,7	5,8
	Dar dinheiro	3,9	-
	Filiação partidária	4,8	2,3

ESS2002 e 2008

Quadro 3. Padrões de Cidadania Política

		Apolíticos Excluídos	Votantes Passivos	Activos Não Politizados	Activistas Mobilizados
Acção política * P<0.001; V de Cramer = 0,477	5-12	0,95	0,96	0,53	31,85
	3-4	2,69	10,31	17,10	29,27
	1-2	16,87	41,37	48,82	26,81
	Só vota	17,33	35,60	33,55	9,36
	Inactivo	62,16	11,76	0,00	2,71
Media * P<0.001; V de Cramer = 0,436	<1h	76,27	37,32	4,86	8,24
	1-2h	16,20	38,88	51,99	30,45
	>2h	7,52	23,80	43,15	61,30
Envolvimento político * P<0.001; V de Cramer = 0,500	Participativo	3,59	4,61	10,04	78,34
	Liberal-representativo	3,38	12,62	46,57	15,77
	Unitário	3,68	9,58	10,77	0,64
	Decisionista	89,35	73,19	32,62	5,25
Mobilização * P<0.001; V de Cramer = 0,510	Mob. Partidária	5,35	27,62	23,91	81,27
	Apoiante	3,89	15,52	31,84	0,78
	Apartidários	5,87	18,81	44,25	16,56
	Apolíticos	84,88	38,05	0,00	1,40

Fonte: ESS2002

Quadro 4. Distribuição na Europa (% em linha)

	Excluídos	Passivos	Não Politizados	Politizados
EDL	5,70	21,7	35,2	37,4
PTE	5,90	20,8	34,9	38,5
TI	15,70	33,6	32,2	18,4
EE	16	30,4	33	20,6
OI	17,8	33	32,3	16,9

Fonte: ESS2002

* $P < 0.001$; V de Cramer = 0,150



Europass Curriculum Vitae

INFORMAÇÃO PESSOAL

Nome	CARVALHO, TIAGO MIGUEL LOPES
Morada	RUA CAPITÃO HENRIQUE GALVÃO Nº10 2º DTO – BAIRRO SANTIAGO, 2680-060 – CAMARATE
Telefone	+ 351 219 465 208
Telemóvel	+ 351 963 95 74 96
E-mail	tiagomlcarvalho@gmail.com
Nacionalidade	Portuguesa
Data de nascimento	2 DE SETEMBRO DE 1987

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Data	Junho de 2011 até à actualidade
• Empresa / Sector de Actividade	Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL)
• Ocupação / Posição	Assistente de Investigação do Projecto <i>MYPLACE: Memory, Youth, Political Legacy and Civic Engagement</i> , coordenado pelo Prof. Doutor David Cairns e Prof. Doutor Nuno de Almeida Alves a nível nacional. Financiamento no âmbito do 7º Programa Quadro da Comissão Europeia.
• Principais actividade e responsabilidades	<ul style="list-style-type: none">• Pesquisa bibliográfica e revisão de literatura• Pesquisa de dados de enquadramento• Recolha de dados e informação
• Áreas de trabalho	Sociologia, Cidadania, Juventude, Legado Político
• Sectores de actividade	Investigação Científica
• Data	De Novembro de 2009 a Maio de 2011
• Empresa / Sector de Actividade	Instituto de Ciências Sociais
• Ocupação / Posição	Assistente de Investigação do Projecto <i>Crianças e Internet: Usos e Representações, a Família e a Escola</i> , coordenado pela Prof. Doutora Ana Nunes de Almeida. Financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian.
• Principais actividade e responsabilidades	<ul style="list-style-type: none">• Tratamento e análise de dados estatísticos• Tratamento e análise de conteúdo de entrevistas• Apoio às actividades do projecto; manutenção do site do projecto• Escrita do relatório de actividades• Realização de retratos sociológicos dos entrevistados• Relatório relativo à segunda fase do projecto
• Áreas de trabalho	Sociologia, Tecnologias de informação e Comunicação, Infância
• Sectores de actividade	Investigação Científica

<ul style="list-style-type: none"> • Data • Empresa / Sector de Actividade <ul style="list-style-type: none"> • Ocupação / Posição • Principais actividade e responsabilidades • Áreas de trabalho • Sectores de actividade 	<p>De Setembro a Novembro de 2011</p> <p>Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL)</p> <p>Monitor nos concelhos de Loures e Odivelas do projecto “Estudo-relatório baseado num trabalho de campo de fiscalização de acções e meios de campanha eleitoral utilizados pelos partidos políticos, coligações e grupos de cidadãos eleitores candidatos à eleição dos órgãos para as autarquias locais, em 11 de Outubro de 2009”, financiado pela Entidade de Fiscalização das Contas do Tribunal Constitucional, coordenado pelo Prof. Doutor Luís de Sousa.</p> <p>Monitorização dos custos associados à campanha eleitoral através de entrevistas com os mandatários financeiros das candidaturas às autarquias, produção do guião de entrevista, contactos junto de sedes de campanha, recolha de informação em comícios e jantares/almoços de campanha e acompanhamento de acções de contacto com as populações; produção de relatórios de observação.</p> <p>Sociologia</p> <p>Investigação Científica</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Data • Empresa / Sector de Actividade <ul style="list-style-type: none"> • Ocupação / Posição • Principais actividade e responsabilidades • Áreas de trabalho • Sectores de actividade 	<p>De Dezembro de 2008 a Dezembro de 2009</p> <p>Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL)</p> <p>Bolseiro de Iniciação à Investigação (BII) da Fundação para a Ciência e Tecnologia no CIES-ISCTE-IUL, no projecto “SUSTAINAMICS - Modelação Dinâmica como suporte à Avaliação Integrada da Sustentabilidade” (parceria entre FCT-UNL e CIES-ISCTE-IUL), bolsa supervisionada pelo Prof. Doutor José Luís Casanova.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Recolha bibliográfica • Recolha e inserção de dados • Transcrição, Análise e participação em entrevistas • Produção de recensões de documentos e textos sobre políticas marítimas e costeiras • Produção de um relatório sobre a temática das políticas marítimas na sua componente social. <p>Sociologia do Ambiente, Governança e Participação,</p> <p>Investigação Científica</p>

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

<ul style="list-style-type: none"> • Data • Nome da Instituição Principais temas e matérias • Classificação obtida a nível nacional ou internacional <ul style="list-style-type: none"> • Diploma conferido 	<p>2009-2011</p> <p>ISCTE – IUL</p> <p>Sociologia – ramo Investigação</p> <p>A concluir no ano lectivo 2010/2011 – média curricular de 17,9</p> <p>Mestrado em Sociologia – 120 ECTS</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Data • Nome da Instituição • Principais temas e matérias 	<p>2006-2009</p> <p>ISCTE – IUL</p> <p>Teorias sociológicas, métodos e técnicas de investigação em ciências sociais, análise de dados estatísticos (apoiado por SPSS).</p> <p>Trabalho final de curso: estudo das formas de participação, valores e orientações sociais e políticas dos <i>bloggers</i> de opinião em Portugal – realização de um websurvey;</p>

- Classificação obtida a nível nacional ou internacional
- Diploma conferido

17 valores

Licenciatura em Sociologia – 180 ECTS

COMUNICAÇÕES

Aceites – a realizar

(com Susana Cabaço) “Continuities and Changes. A Perspective on Social Class and Citizenship in Lisbon”, 10ª Conferência da Associação Europeia de Sociologia, Genebra, 7-11 Setembro de 2011

(com Vasco Ramos) “Social Class and Attitudes towards family and gender roles: and intergenerational perspective”, 10ª Conferência da Associação Europeia de Sociologia, Genebra, 7-11 Setembro de 2011

Realizadas

(Com Ana Nunes de Almeida, Ana Delicado e Nuno de Almeida Alves), “Les Enfants et l’internet: pratiques et représentations”, 10ª Jornadas da Sociologia da Infância do Comité de Investigação de Sociologia da Infância da Associação Internacional de Sociólogos de Língua Francesa, Instituto de Ciências Sociais, 27-28 Junho de 2011;

“Perspectivas em torno da modernidade e das classes sociais: desenvolvimentos e releituras”, As Ciências Sociais: Abordagens de Investigação, Associação Académica do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1-2 de Fevereiro de 2011;

(com José Luís Casanova) “Blogosphere and Democracy in Portugal – Results of a Web-survey” XVII Congresso Mundial da Associação Internacional de Sociologia, Gotemburgo, 11-17 de Julho de 2010;

(com José Luís Casanova) “Blogosfera e Democracia em Portugal – Resultados de um Websurvey”, V Congresso de Ciência Política, Aveiro, Março de 2010, Março de 2010;

“Estratégias de investigação em contextos mediados por computador: especificidade e dificuldades”, V Congresso de Ciência Política, Aveiro, Março de 2010;

“Práticas de Investigação na fase de *Scooping*”, Workshop CIES-ISCTE-IUL, apresentação das práticas de investigação realizadas no projecto SUSTAINAMICS, inserido no âmbito das apresentações das bolsas de iniciação à investigação, Dezembro de 2009;

PUBLICAÇÕES

No prelo

Almeida, Ana Nunes de, Nuno de Almeida Alves, Ana Delicado e Tiago Carvalho, “Children and digital diversity: from ‘unguided rookies’ to ‘self-reliant cybernauts’”, *Childhood*.

2011

Almeida, Ana Nunes (Coord.), Delicado, Ana, Alves, Nuno de Almeida, Carvalho, Tiago, *Crianças e Internet: Usos e Representações, a Família e a Escola (Relatório do da 2ª fase do trabalho: entrevistas a crianças, pais e professores)*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais

Carvalho, Tiago e Susana Cabaço, “Classes sociais e cidadania: uma perspetiva sobre a participação política na Área Metropolitana de Lisboa”, *Chão Urbano*, ano XI, nº1, Rio de Janeiro, IPPUR-UFRJ

2010

Carvalho, Tiago e José Luís Casanova “Esfera Pública, Democracia e Internet: os *bloggers* em Portugal”, *Observatório da Comunicação (OBS*) Journal*. Vol. 4, nº 2, Lisboa, Ober-Com, pp. 91-118.

Submetidas

Carvalho, Tiago e José Luís Casanova, “Blogosphere and Democracy in Portugal – Results

of a Websurvey” submetido para publicação em livro à linha de investigação da ISA “Future Moves”.

Outras Publicações

Janeiro de 2011 - Recensão do livro Carmo, Renato Miguel do (org.) (2010), *Desigualdades Sociais 2010. Estudos e Indicadores*, Lisboa, Editora Mundos Sociais. (<http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=publications&lang=pt&id=94>);

Novembro de 2010 – Recensão do artigo Atkinson, Will (2009), “Rethinking the work class nexus: theoretical foundations for recent trends”, *Sociology*, nº 43, vol. V, pp. 896-912. (<http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=publications&id=95>);

COMPETÊNCIAS TÉCNICAS

Com computadores e softwares.

Uso do Microsoft Office (Word, Excel, Power Point, Access);

Domínio da ferramenta estatística SPSS – análise univariada e bivariada; multivariada (análise de componentes principais, análise de correspondência múltiplas, CATpca, análise de clusters); regressões lineares simples e múltiplas; regressões com moderação e mediação; regressões logísticas;

Experiência no uso de websurveys;

Domínio do Software MaxQDA para análise de entrevistas

De Outubro a Novembro de 2009 - Seminário de Especialização em Análise de Conteúdo Assistida por Computador, organizado pelo Departamento de Métodos Quantitativos e Departamento de Sociologia do ISCTE – IUL, proporcionando formação teórica e metodológica em análise de conteúdo; domínio do software MaxQDA; articulação dos programas MaxQDA, Microsoft Excel e SPSS – classificação final de 16 valores;

LÍNGUA MATERNA

PORTUGUÊS

OUTRA(S) LÍNGUA(S)	Compreender		Falar		Escrever
	Compreensão oral	Leitura	Interacção oral	Produção oral	
Auto-Avaliação					
Nível Europeu (*)					
INGLÊS	<i>C2 Utilizador Avançado</i>	<i>C2 Utilizador Avançado</i>	<i>C2 Utilizador Avançado</i>	<i>C2 Utilizador Avançado</i>	<i>C2 Utilizador Avançado</i>
CASTELHANO	<i>C1 Utilizador Avançado</i>	<i>C1 Utilizador Avançado</i>	<i>C1 Utilizador Avançado</i>	<i>C1 Utilizador Avançado</i>	<i>B1 Utilizador independente</i>
FRANCÊS	<i>B1 Utilizador independente</i>	<i>B1 Utilizador independente</i>	<i>B1 Utilizador independente</i>	<i>B1 Utilizador independente</i>	<i>A2</i>

(*) Nível do Quadro Europeu Comum de Referência (CECR)

PRÉMIOS

2009

Prémio Caixa Geral de Depósitos para o melhor aluno finalista da Licenciatura em Sociologia;

Bolsa de Mérito atribuída pelo Conselho Pedagógico do ISCTE-IUL pelo desempenho no 3º ano de licenciatura em Sociologia, ano lectivo de 2008/2009 pela média de 17,20;

2008

Prémio de Excelência Académica atribuído pelo ISCTE-IUL;

Bolsa de Mérito atribuída pelo Conselho Pedagógico do ISCTE-IUL pelo desempenho no 2º ano de licenciatura em Sociologia, ano lectivo de 2007/2008 pela média de 17,40;

2007

Prémio de Excelência Académica atribuído pelo ISCTE-IUL, pelo desempenho no 1º ano de licenciatura em Sociologia, ano lectivo de 2006/2007 pela média de 16,10;

**OUTROS INTERESSES E
INFORMAÇÕES**

Delegado de turma durante a Licenciatura em Sociologia no ISCTE-IUL entre 2007 a 2009;

Sócio da Associação Portuguesa de Sociologia;

De 2002 a 2007 - Frequência até ao 5º ano do curso de Viola Dedilhada do Conservatório Nacional